

# *A União da República de Timor: o atrofico movimento nacionalista islâmico-malaio timorense, 1960-1975*

Moisés Silva Fernandes\*

Sob instigação de nacionalistas islâmicos da Indonésia, no início do decénio de 1960 fundou-se URT. Apesar da sua retórica nacionalista não se conseguiu firmar no terreno. Quais foram as razões subjacentes a esta incapacidade? Neste trabalho avançamos com 8 factores cruciais que nos permitem compreender a sua evolução e subsequente integração na Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), após o 25 de Abril de 1974.

## Agradecimentos

Gostaria de agradecer à Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Fevereiro, directora do Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros (AHDMNE); à Dr.<sup>a</sup> Maria de Lurdes Henriques, do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (IAN/TT); à Prof.<sup>a</sup>-Dr.<sup>a</sup> Ana Canas, directora do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU); à Dr.<sup>a</sup> Isabel Beato, responsável técnica do Arquivo Histórico da Biblioteca Central da Marinha; às Dras. Helena Grego e Cristina Matias, da Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa; à Dr.<sup>a</sup> Dinora Lampreia, da divisão de informação e documentação do Centro Científico e Cultural de Macau (CCCM); à Dr.<sup>a</sup> Paula Costa, responsável pela Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL); e, aos funcionários da Hemeroteca Municipal de Lisboa (HML) e do Arquivo Nacional do Reino Unido (*United Kingdom National Archives* – UKNA) pelo apoio e pela prontidão manifestada no aten-

---

\* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

dimento dos múltiplos pedidos solicitados durante a investigação para este trabalho.

## Intróito

O passado recente de Timor está repleto de mitos e de fenómenos superficialmente analisados. Um destes é o que se refere aos movimentos nacionalistas de emancipação desta antiga colónia portuguesa. A literatura sobre o tema tende a concentrar-se sobre os partidos políticos contemporâneos que dominam o sistema político timorense, desde o 25 de Abril de 1974 até ao presente.

Dois exemplos, são suficientes para ilustrar esta situação. A australiana Helen Hill defende que *"the first nationalist organisation in East Timor"* (p. 52) surgiu em Janeiro de 1970 devido à influência dos contactos estabelecidos com os movimentos de libertação da África lusófona. Esta incipiente organização *"was little more than an informal group"* (*Ibid.*), constituída por José Ramos Horta e Marí Alkatiri, entre outros, reunindo-se no parque em frente ao Palácio do Governo com o escopo de evitar ser vigiada pela polícia política portuguesa, a PIDE/DGS. Aparentemente, desconheciam por completo a existência da URT e a informação que possuíam sobre a Indonésia e a conjuntura política regional era tão incipiente que durante três anos solicitaram ao cônsul da Indonésia em Díli a concessão de bolsas a timorenses e outros tipos de apoio material. Os sucessivos representantes consulares da Indonésia não se mostraram, contudo, interessados neste grupo. De acordo com Marí Alkatiri, *"[i]t was a disappointment to the young Timorese Nationalists to realize that they could not count on the support of Indonesia"* (*Ibid.*, p. 53).

Apesar de Hill afirmar que o grupo foi fundado em 1970, José Ramos Horta defendeu que "em 1973 já existia um núcleo de nacionalistas, cada vez mais impacientes, revoltados e decididos a começar acções de protesto. De facto, o ano 1973 foi assinalado por alguns conflitos entre jovens timorenses e elementos do exército colonial" (Horta, 1998 [1994], p. 75).

Por seu turno, Maria Ângela Carrascalão opina que o seu irmão, João, fundou o Movimento Revolucionário de Libertação de Timor (MORELTI), em 1967, isto é, 3 anos antes do grupo informal que iria dar origem à ASDT/FRETILIN. A mesma autora defende que este grupo contava com a militância de Xanana Gusmão, José Ramos Horta, Armindo Pedruco e Natalino Leitão e era um “fórum de eleição dos jovens timorenses desencantados com a condição” da colónia. Para além da última base de apoio, contava ainda com a adesão de funcionários da administração colonial de Timor e possuía uma liderança altamente hierarquizada, que foi infiltrada pela polícia política o regime: a PIDE/DGS (Carrascalão, 2002, pp. 127-128). Todavia, José Ramos Horta, asseverou que “um dito ‘Movimento de Libertação de Timor’ pareceu ter existido na mente de um grupo de timorenses, entre os quais o João Carrascalão. Mas se existia não se fez sentir a sua existência em qualquer momento[, nomeadamente, em 1973], ao contrário do nosso grupo que, embora não existente informalmente, não deixava de se reunir frequentemente e estudar formas de actuação” (Horta, 1998 [1994], p. 75).

Embora os trabalhos de Hill, Carrascalão e Horta não façam qualquer alusão à existência da URT ou a um movimento islâmico-malaio, outros autores referiram-se de passagem à existência da última organização (Weatherbee, 1966, pp. 691-692; Taylor, 1993, p. 57; Gunn, 1999, p. 263; Pélissier, 1999, p. 562; Dunn, 2003, p. 27). Porém, não procederam a uma análise circunstanciada sobre as suas origens, bases de apoio, ideário político e ligações e dependências em relação aos países da região, assim como sobre a sua incapacidade de se afirmar no terreno.

Na realidade, entre 1960 e 1975 existiu um “movimento de emancipação” do Timor Português de raiz islâmico-malaia que se bateu pela independência do território de Portugal e da Indonésia e que defendia ideais políticos que não vingaram. Na sequência do 25 de Abril de 1974, as autoridades da Indonésia optaram por integrar a URT numa organização mais ampla a APODETI.<sup>1</sup> Porém, a

---

<sup>1</sup> A Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), conhecida originalmente por Associação para a Integração de Timor-Dili na Indonésia (AITI), foi estabelecida em 27 de Maio de 1974,

primeira não pretendia de forma alguma a integração do Timor Português na Indonésia. De acordo com o quotidiano *Diário de Notícias*, o “governo” da URT enviou, no dia 7 de Junho de 1974, uma carta ao novo presidente da República, general António de Spínola, através do cônsul de Portugal em Jacarta, Guilherme de Sousa Girão, a “pedir ao Governo Português que coloque os eleitores perante apenas duas opções: a independência ou a federação com Portugal, quando for a altura do referendo que Lisboa deve organizar na ilha, em Março de 1975, para determinar o estatuto do território português de Timor”.<sup>2</sup> Para reforçar a orientação que preconizavam, o representante da URT em Jacarta, M. Bere Lau, declarou no dia 11 de Junho de 1974, “qu’il existe à Timor très peu de personnes en faveur d’un rattachement de l’ilê à l’Indonésie”.<sup>3</sup> Acrescentou, por outro lado, que a opção

---

“by thirty to forty Timorese” (Gunn, 1999, p. 266), sob a liderança de Arnaldo dos Reis Araújo, um velho timorense que tinha estado detido pelas autoridades portuguesas por colaboração com as forças de ocupação nipónicas durante o período da II Guerra Mundial, e José Osório Soares. Defendia a integração na Indonésia, com um estatuto de autonomia. A APODETI foi a sucessora da URT “que procurou, após Abril de 1974, ressurgir, mas sem sucesso” (Riscado, 1981, p. 28) e reunia apoios entre timorenses envolvidos “na *Vicarda*, a revolta pró-indonésia de 1950” (Oliveira, 1983, p. 175) e “[o]s implicados no movimento de 1959” (Riscado, 1981, p. 33), assim como “from members of the Arab community in Dili, who petitioned the Indonesian Consul for integration” (Gunn, 1999, p. 266) e de certos liurais, nomeadamente de Atsabe, Guilherme Gonçalves. De acordo com o major Arnão Metello, delegado do MFA, a fundação da APODETI deveu-se, a que no âmbito da formação de associações políticas, conseguiu-se “retirar da clandestinidade [um] grupo de tendência violenta que advoga [a] viabilidade [da] integração com autonomia... na Indonésia, em termos de direito internacional” (Pires, 1981, p. 27). A resposta do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério da Coordenação Interterritorial (ex-Ultramar), Ângelo dos Santos Ferreira, à interpeção de Metello foi de que: “se o partido em questão pretender que a referida integração se faça por processos violentos, é evidente que a sua legalidade não pode ser reconhecida. Mas se se pretender atingir tal fim através do princípio da autodeterminação, isto é, propondo-se à população através do processo da autodeterminação a integração na Indonésia, parece que nada há a objectar” (*Ibid.*).

<sup>2</sup> “Um governo clandestino estabelecido em Timor põe o Governo Português perante duas opções: a independência ou a federação”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 110, n.º 38.883 (13 de Junho de 1974), p. 10.

<sup>3</sup> “En mars 1975: référendum dans le territoire portugais de Timor en Asie”, *Elima* [Kinshasa], (14 de Junho de 1974), p. 1.

pela integração na Indonésia era somente apoiada por “*quelques centaines d’habitants d’origine árabe*”.<sup>4</sup>

Com o desígnio de esbater a URT do ideário nacionalista timorense, José Ramos Horta, secretário-geral da ASDT, defendeu, durante a sua visita a Jacarta, que as três principais associações políticas de Timor, a sua, a UDT e a APODETI, deveriam “encetar negociações no sentido do adiamento do referendo previsto pelas autoridades portuguesas para Março de 1975”.<sup>5</sup> Entretanto, estas deveriam “formar desde já um governo provisório com individualidades naturais de Timor” que asseguraria a administração do território, “adiando-se por quatro anos as eleições gerais”, e propôs-lhes ainda “que o Governo da União da República de Timor, movimento clandestino instalado em Jacarta, seja denunciado com um grupo ‘adulterado de conspiradores indonésios’”.<sup>6</sup>

Consoante a *Angkatan Bersenjata Republic Indonesia – ABRI* (Forças Armadas da República da Indonésia) e os serviços de informações foram avançando com os seus planos de invasão e anexação de Timor, os elementos afectos à linha da URT opuseram-se, o que contribuiu para que os seus principais dirigentes, como, por exemplo, A. Mao Klao, fossem detidos pelo *Komando Operasi Pemulihan Keamanan dan Ketertiban – KOPKAMTIB* (Comando de Operações para a Restauração da Segurança e Ordem na Indonésia),<sup>7</sup> a guarda pretoriana do general Suharto, no segundo semestre de 1975 e só fossem libertados em Abril do ano seguinte.<sup>8</sup>

Um estudo sobre a *Uni Republic Timor – URT* (União da República de Timor) tornou-se premente atendendo ao facto que 5 das 6 associações políticas

---

<sup>4</sup> *Ibid.*

<sup>5</sup> “Timor – pedido o adiamento do referendo”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 110, n.º 38.889 (20 de Junho de 1974), p. 2.

<sup>6</sup> *Ibid.*

<sup>7</sup> Estes comandos dirigiram a chacina de mais de 1 milhão de indonésios após o contra golpe de Estado de 1965.

<sup>8</sup> Informação gentilmente cedida pelo brigadeiro-general australiano Ernest Chamberlain, assessor para os assuntos de política e planeamento estratégico do secretário de Estado da Defesa de Timor, Roque Rodrigues, em 23 de Junho de 2005.

timorenses que surgiram após o 25 de Abril de 1974 (a UDT,<sup>9</sup> a ASDT/FRETILIN,<sup>10</sup> a APODETI, o KOTA,<sup>11</sup> o Partido Trabalhista<sup>12</sup> e a ADLITA<sup>13</sup>), com excepção da última, continuam a ser as mais destacadas no sistema político local contemporâneo.<sup>14</sup> Por outro lado, a influência político-simbólica da URT sobre o imaginário timorense é bem forte se atendermos que as cores da bandeira desta organização, amarelo, preto, branco e vermelho (<http://www.fotw.us/flags/tl}blt.html#desc>; consulta efectuada em 1 de Junho de 2005), são as mesmas das bandeiras da FRETILIN (<http://www.fotw.us/flags/tl}fret.html>; consulta efectuada em 1 de Junho de 2005) e da República Democrática de Timor-Leste, de acordo com o artigo 15.º da constituição (<http://www.jornal.gov-rdtl.org/uud02.htm>; consulta efectuada em 1 de Junho de 2005).

Numa tentativa para compreendermos as razões subjacentes ao fracasso da URT este trabalho tem por objectivo analisar as condições que contribuíram para

---

<sup>9</sup> A União Democrática Timorense (UDT), foi fundada em 11 de Maio de 1974. Começou por pugnar uma ligação a Portugal, mas, posteriormente, defendeu a independência do território. Os seus principais dirigentes foram Francisco Xavier Lopes da Cruz e Domingos Oliveira.

<sup>10</sup> A Associação Social-Democrata Timorense/Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (ASDT/FRETILIN) foi, por sua vez, criada em 20 de Maio de 1974, sendo dirigida por Francisco Xavier do Amaral, Nicolau dos Reis Lobato e José Ramos Horta. Em 11 de Setembro de 1974 transformou-se em FRETILIN. Esta associação sempre defendeu a independência do território.

<sup>11</sup> O *Klibur Oan Timur Aswain* (KOTA – *Filhos dos Guerreiros da Montanha*), originalmente conhecida por Associação Popular Monárquica Timorense, surgiu em 31 de Outubro de 1974. Alegava que as suas origens provinham dos topasses, grupo euro-asiático, e pugnava pela restauração dos poderes dos *liurais*, ou seja, dos régulos, que pudessem traçar a sua ancestralidade até ao período topasse. Fernando António Soares dos Santos, Gracindo do Carmo Guerreiro e Carlos dos Santos foram os principais dirigentes desta organização.

<sup>12</sup> O Partido Trabalhista (PT), originalmente conhecido por Movimento Trabalhista Democrático Timorense, foi criado em 5 de Setembro de 1974, sendo dirigido José Martins, Francisco António Ximenez e Domingos da Conceição Pereira.

<sup>13</sup> A Associação Democrática para a Integração de Timor-Leste na Austrália (ADITLA) foi fundada em 3 de Março de 1975. Soçobrou, contudo, quando o governo australiano rejeitou a ideia de integração de Timor-Leste na Austrália.

<sup>14</sup> Convém recordar que 70,86% dos votos para a Assembleia Constituinte de Timor, que tiveram lugar em 30 de Agosto de 2001, foram para os 5 partidos (FRETILIN/ASDT, UDT, KOTA, APODETI e PTT) fundados após o 25 de Abril de 1974 (Silva-Carneiro de Sousa, 2001, p. 37).

seu aparecimento e as variáveis que concorreram para que não prevalecesse no terreno.

## Esboço da evolução política da URT

Os primórdios da URT remontam a um grupo auto-denominado “Os Amigos de Timor-Díli” que surgiu nos finais do decénio de 1950, em Jacarta. Este grupo contava, aparentemente, com “a simpatia de certas individualidades influentes na vida política da Indonésia”. Os organizadores deste movimento eram jovens muçulmanos radicais indonésios, naturais da ilha de Samatra, que sob a influência do terceiro cônsul da Indonésia em Díli, Nazwar Jacob Sutan Indra,<sup>15</sup> e do movimento pan-malaio,<sup>16</sup> teriam optado por se organizar de forma a desencadear uma campanha com o objectivo de fomentar a “libertação” de Timor-Leste.

Os planos deste grupo colidiram de imediato com a política oficial da Indonésia em relação a Portugal e ao Timor Português. Com a visita oficial do presidente Ahmed Sukarno a Lisboa, entre 5 e 8 de Maio de 1960, e a sua declaração relativamente ao reconhecimento da legitimidade da soberania portuguesa no Timor Português alteraram o relacionamento deste grupo com o regime vigente em Jacarta.

No dia 4 de Julho de 1960, o grupo em apreço divulgou um extenso comunicado a criticar a visita de Sukarno a Lisboa e recordava que “o Timor Português não existe, mas, sim, Timor-Díli, pertencente ao povo de Timor-Díli,

---

<sup>15</sup> Este diplomata exerceu o seu primeiro posto no exterior em Hong Kong, entre 12 de Setembro de 1954 e 16 de Junho de 1956 (“Ofício n.º 1853/56, C/56, confidencial, do cônsul de Portugal em Hong Kong, Guilherme Magarido Castilho, de 4 de Setembro de 1956, p. 1” in “Nomeação do Sr. Nazwar Jacob Jutan Indra para o cargo de Cônsul da Indonésia em Díli”, RPA M. 793, AHDMNE, Lisboa), tendo a seu cargo a “secção de informações” (*Ibid.*, p. 2). Na opinião do vice-cônsul de Portugal em Hong Kong, Fernando Alberto Meneses Ribeiro, o cônsul Indra era “uma pessoa inteligente, desembarçada e com boa apresentação” (*Ibid.*).

<sup>16</sup> Este movimento era dirigido por Mulwan Shah, em Jacarta, e por Alamsah Hasibuan, um samatrense (Informação gentilmente prestada pelo brigadeiro-general Ernest Chamberlain em 23 de Junho de 2005).

aos combatentes de Timor-Díli, aos amantes de Timor-Díli, aos defensores de Timor-Díli, e não aos imperialistas portugueses, porque o mundo sabe bem que Portugal é o imperialista que roubou a pátria de Timor-Díli, assim como os holandeses roubaram o Irian Barat (Papua Nova Guiné Ocidental) e os portugueses roubaram Macau, na China, e Goa, na Índia”.<sup>17</sup>

Este documento foi enviado à presidência da República da Indonésia, aos mais proeminentes departamentos governamentais do regime de Sukarno, a todos os representantes diplomáticos estrangeiros em Jacarta, partidos políticos, escolas e intelectuais.<sup>18</sup> A legação portuguesa em Jacarta conseguiu apurar que a sede deste grupo radical da Samatra estava situado “no recanto sossegado duma rua popular de Jacarta, próximo de duas casas de culto muçulmanas” e que não era “materialmente coisa alguma”.<sup>19</sup> A sua exiguidade não impediu, contudo, que as críticas tecidas a Sukarno contribuissem para que este grupo tivesse que abandonar a sua sede.<sup>20</sup>

A despeito deste desfecho, esta incipiente organização conseguiu divulgar mais duas declarações. Em 12 de Setembro de 1960, publicou um comunicado a apelar a Sukarno que apresentasse a questão de Timor-Díli na próxima sessão plenária da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). O objectivo a alcançar seria “de modo que a nossa querida terra natal possa também fruir da liberdade como uma República, assim como foi já alcançada por ele”.<sup>21</sup> Neste âmbito mostraram-se esperançados que “todas as personalidades

---

<sup>17</sup> “Tradução da legação de Portugal em Jacarta da ‘declaração dos Amigos de Timor-Díli’ de 12 de Junho de 1960, p. 2” in “Reivindicações da Indonésia sobre Timor: actividades da associação ‘Os Amigos de Timor-Díli’, 1960”, PAA M. 1162, AHDMNE, Lisboa.

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>19</sup> “Ofício n.º 39, confidencial, do ministro de Portugal em Jacarta, António Leite Cruz, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Marcello Mathias, de 18 de Julho de 1960, p. 2” in “Reivindicações da Indonésia sobre Timor: actividades da associação ‘Os Amigos de Timor-Díli’, 1960”, PAA M. 1162, AHDMNE, Lisboa.

<sup>20</sup> *Ibid.*

<sup>21</sup> “Tradução da legação de Portugal em Jacarta da ‘declaração n.º IV C dos Amigos de Timor-Díli’ de 12 de Setembro de 1960, p. 1” in “Reivindicações da Indonésia sobre Timor: actividades da associação ‘Os Amigos de Timor-Díli’, 1960”, PAA M. 1162, AHDMNE, Lisboa.

anti-imperialistas que comparecem à Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova Iorque patrocinem também o caso da República de Timor-Díli no foro internacional, onde os imperialistas portugueses podem ser expulsos da nossa amada pátria Timor-Díli, no extremo oriental de *Nusatenggara*".<sup>22</sup> Este comunicado foi enviado à presidência da *Persatuan Seluruh Bangsa Melayu* (União Geral da Raça Malaia), em Jacarta, aos países e organismos internacionais considerados importantes, ao secretário-geral e ao Conselho de Segurança da ONU e à imprensa.<sup>23</sup>

Três semanas mais tarde voltou a divulgar um novo comunicado a questionar o uso do termo *Timor Portugis* (Timor Português) por parte dos mais destacados dirigentes da Indonésia. Embora desta vez manifestassem compreensão pelo discurso proferido por Sukarno em Lisboa, considerava "errado que o presidente usasse a expressão *Timor Portugis* (Timor Português) que se tornou consagrada devido à persistência com que os imperialistas apoiam os seus pares, na compressão da dignidade do povo de Timor-Díli".<sup>24</sup> Por outro lado, manifestaram o seu regozijo pela declaração de Hurustiati Subandrio, 2.º vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, que a Indonésia não tinha reivindicações territoriais sobre Timor-Díli, "visto estimular a fé de cerca de 1 milhão de habitantes da República de Timor-Díli para lutarem pela independência e autodeterminação".<sup>25</sup> Todavia, criticaram-no por usar a expressão *Timor Portugis*. Por esta razão, "esperamos inteiramente que a República da Indonésia corrija as suas referências a Timor-Díli, não continuando repetidamente a mencionar *Timor Portugis* (Timor Português) – o que ofende os combatentes de Timor-Díli, do mesmo modo que ofenderia o povo e o Governo da República da Indonésia se por erro intencional alguém dissesse Irian Barat (Papua Nova Guiné Ocidental)

---

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>23</sup> *Ibid.*

<sup>24</sup> "Tradução da legação de Portugal em Jacarta da 'declaração n.º V dos Amigos de Timor-Díli' de 7 de Outubro de 1960, p. 1" in "Reivindicações da Indonésia sobre Timor: actividades da associação 'Os Amigos de Timor-Díli', 1960", PAA M. 1162, AHDMNE, Lisboa.

<sup>25</sup> *Ibid.*, p. 2.

em holandês”.<sup>26</sup> Tal como os dois comunicados anteriores, este foi distribuído pelos principais departamentos governamentais indonésios, a ONU, as missões diplomáticas estrangeiras em Jacarta e os “combatentes” de Timor-Dili.<sup>27</sup>

As autoridades em Lisboa ficaram tão preocupadas com as actividades desta agremiação, que o ministro de Portugal em Jacarta, António Leite Cruz, se apressou a fornecer uma série de informações sobre esta. Primeiro, os três comunicados não tinham precipitado qualquer interesse na Indonésia. Segundo, o seu teor revelava que as suas actividades eram “rudimentares”.<sup>28</sup> Terceiro, que esta era “sustentada por organizações de inspiração mais genérica, comunistas e afro-asiáticas, que aqui pululam”.<sup>29</sup> Quarto, o apoio para esta organização não derivava “expressamente deste governo, mas sim, que esteja sendo animada e protegida, um tanto na sombra, por personalidades políticas a ele ligadas, por razões ideológicas, cumplicidades subversivas ou simples sentimentos expansionistas”.<sup>30</sup> Quinto, que fosse apoiado pelo cônsul indonésio em Díli.<sup>31</sup>

Embora a legação portuguesa pudesse solicitar formalmente às autoridades indonésias o fim destas actividades, com receio que o pedido “redundasse em publicidade contraproducente”, o ministro António Leite Cruz recomendou ao Palácio das Necessidades que fossem feitas diligências junto do ministro indonésio em Lisboa, sem, contudo, apresentar uma nota de protesto. Neste âmbito, no decorrer duma conversa com o ministro Achmad Djumiril, em Dezembro de 1960, o ministério português dos Negócios Estrangeiros manifestou “estranheza... pela publicação daqueles folhetos, cujo teor contrasta com as afirmações de amizade que têm sido feitas pela mais alta personalidade do seu país”.<sup>32</sup> Pouco

---

<sup>26</sup> *Ibid.*

<sup>27</sup> *Ibid.*

<sup>28</sup> “Aerograma AC-74 recebido do ministro de Portugal em Jacarta, António Leite Cruz, de 20 de Outubro de 1960, p. 1” in “Reivindicações da Indonésia sobre Timor: actividades da associação ‘Os Amigos de Timor-Dili’, 1960”, PAA M. 1162, AHDMNE, Lisboa.

<sup>29</sup> *Ibid.*

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 2.

<sup>31</sup> *Ibid.*

<sup>32</sup> “Ofício UL 4551, confidencial, do adjunto do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Alfredo Lancastre da Veiga, para o director do gabinete de

tempo depois, as autoridades centrais indonésias decidiram dissolver o grupo em consideração.<sup>33</sup>

Profundamente influenciados por uma conjuntura internacional altamente favorável à descolonização e pelas convulsões políticas internas na Indonésia, foi fundado, em Jacarta, o incipiente movimento embrionário de libertação de raízes islâmico-malaias: o *Komin Pambebesan Uni Republik Timor-Dilly* [Comissão de Libertação da União da República de Timor], em 2 de Novembro de 1960,<sup>34</sup> na mesma morada que o extinto grupo de “Amigos de Timor-Díli”.<sup>35</sup> A sua institucionalização não teve, porém, quaisquer repercussões políticas no terreno – nomeadamente, junto dos órgãos de comunicação social, quer indonésios, quer internacionais. Esta situação contribuiu para que se vissem coagidos a divulgar um “segundo anúncio”, no dia 10 de Dezembro de 1960, assinado pelo presidente, interino, do *Komin*, A. Mao Klao, um jovem de 22 anos de idade.

Apesar da inocuidade política do texto, transparecia, porém, as débeis bases regionais e religiosas deste grupo. O documento limitou-se a exortar os timorenses das regiões de expressão linguística Quêmaque [Kemak] e Macassai [Marae], do enclave de Oecusse [Uikissi], da ilha de Ataúro [Kambling] e do ilhéu Jaco [Nusa Besi] a revoltarem-se contra a administração portuguesa. Não mencionava, contudo, outras regiões, que, certamente, seriam de grande interesse para levar avante a causa da descolonização do território. Não se compreende, portanto, as razões para esta omissão. Já em termos confessionais, o apelo era um pouco mais

---

Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Carlos Manuel da Costa Freitas, de 19 de Dezembro de 1960” in “Reivindicações da Indonésia sobre Timor: actividades da associação ‘Os Amigos de Timor-Díli’, 1960”, PAA M. 1162, AHDMNE, Lisboa.

<sup>33</sup> “Apontamento n.º 677, secreto, sobre ‘[a] situação na província de Timor’, de autoria de Leonel Banha da Silva, Beltrão Loureiro, José Catalão e Silva Pinto, [1967?], p. 6”, MU/GNP/SR:160/Cx. 9S, AHU, Lisboa.

<sup>34</sup> “Second Announcement [of the] Bureau of Liberation [of the] Union [of the] Republic of Timor-Dilly, assinado pelo presidente, interino, A. Mao Klao, de 10 de Dezembro de 1960”, PIDE/DGS, “Movimento de Libertação da Ilha de Timor”, Proc. n.º 227-SR/61, N.T. 3046, fl. 19, IAN/TT, Lisboa.

<sup>35</sup> Telegrama n.º 17 da legação de Portugal em Jacarta, de 29 de Março de 1961” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

amplo, pois exortava os muçulmanos e os cristãos do território a apoiar o *Komin* de Libertação da URT a “deflagrar uma revolta em qualquer momento designado no Fórum Internacional, a fim de expulsar os colonialistas portugueses ambiciosos e egoístas da nossa amada Ilha de Timor-Díli”.<sup>36</sup> Mas mesmo nesta área, registava-se um sério inconveniente. O apelo iniciava-se com a invocação religiosa islamita *Deng nama Allah...* [“Em nome de Alá...”], para uma população, em termos gerais, animista e tendencialmente católica, e onde a expressão islâmica se restringia a um exíguo bairro, situado na várzea da cidade de Díli, constituído por 110 pessoas em 1950 (Barata, 1998, p. 75), “cerca de 500” em 1960 (Chrystello, 1999, p. 21) e 910 no início da década de 1970 (Barata, 1998, p. 75). A última comunidade confessional padecia ainda de um grande isolamento em relação às restantes.<sup>37</sup>

Em segundo lugar, apelava à libertação dos timorenses do jugo e da opressão dos “surripiadores” portugueses e à libertação de todos os combatentes presos. Terceiro, exortava em termos altamente nacionalistas à expulsão dos “infiéis portugueses do nosso solo”.<sup>38</sup> Quarto, reivindicava que Timor era para os timorenses e “não para os ladrões portugueses”. Quinto, apelando à doutrina e linguagem religiosa islâmica, afirmava que os que se batessem pela liberdade,

---

<sup>36</sup> “Second Announcement [of the] Bureau of Liberation [of the] Union [of the] Republic of Timor-Dilly, assinado pelo presidente, interino, A. Mao Klao, de 10 de Dezembro de 1960”, PIDE/DGS, “Movimento de Libertação da Ilha de Timor”, Proc. n.º 227-SR/61, N.T. 3046, fl. 19, IAN/TT, Lisboa.

<sup>37</sup> De acordo com o informe apresentado pelo inspector, interino, da subdelegação da PIDE em Timor, Armando Rodrigues Rego, ao subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Silva Cunha, aquando da visita do último à colónia, em Dezembro de 1964, “[a] comunidade árabe faz uma vida própria e tem sido lançada ao ostracismo, mercê várias circunstâncias; fundamentada ou infundadamente os árabes são tidos como suspeitos. É muito difícil saber-se integralmente o que se passa no seu meio e isto deve-se ao modo como foram isolados das restantes comunidades. Parece que eles próprios se sentem com um certo sentimento de culpa e se afastam, por isso, das outras pessoas. Embora estejam em boas relações com o Cônsul da Indonésia, parece-me que este facto se deve somente, como atrás digo, a uma certa identificação religiosa”. “Informação de 5 de Dezembro de 1964”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8973, fl. 739, IAN/TT, Lisboa.

<sup>38</sup> “Second Announcement [of the] Bureau of Liberation [of the] Union [of the] Republic of Timor-Dilly, assinado pelo presidente, interino, A. Mao Klao, de 10 de Dezembro de 1960”, PIDE/DGS, “Movimento de Libertação da Ilha de Timor”, Proc. n.º 227-SR/61, N.T. 3046, fl. 19, IAN/TT, Lisboa.

Alá os recompensaria. Finalmente, exortava os soldados de Angola e Moçambique, que integravam a guarnição militar portuguesa em Timor, “a combateram ao lado do Movimento de Libertação, uma vez que a vossa pátria, o vosso próprio bem-amado povo de África está sendo também oprimido”. Acrescentando que estes eram espezinhados pelos portugueses, que milhares de africanos tinham sido chacinados e que Agostinho Neto se encontrava detido.<sup>39</sup>

Uma ínfima parte deste documento foi divulgado no diário *Straits Times*, de Singapura, na sua edição de 7 de Março de 1961, a partir dum despacho divulgado pelo correspondente da agência noticiosa *Reuters* em Jacarta.<sup>40</sup> Atentos a todas eventuais alterações na conjuntura política regional e receosos das repercussões do surgimento de um novo “movimento de libertação” esta notícia despertou o interesse do gabinete do Comissário Geral do Reino Unido para o Sudeste Asiático, sediado em Singapura. No ofício remetido para a embaixada britânica em Jacarta, que incluía um extracto da notícia publicada no *Straits Times*, o gabinete de Lorde Selkirk mostrou-se particularmente interessado em saber se a declaração da URT tinha sido “amplamente publicitada na Indonésia”, se o regime de Jacarta tinha mudado a sua orientação política oficial em relação a Timor e solicitava informações sobre os recursos financeiros e humanos e as actividades deste movimento.<sup>41</sup>

O despacho da *Reuters* foi publicado, parcialmente, pela imprensa portuguesa da época, não obstante o apertado regime de censura governamental sobre a comunicação social. O diário católico ultraconservador *A Voz* citou um pequeno parágrafo do comunicado da URT no qual reivindicava a expulsão violenta dos portugueses de Timor e acrescentou que este era assinado por A. Mao Klao. Enquanto o título da notícia destacava que a URT não tinha “nenhum

---

<sup>39</sup> *Ibid.*

<sup>40</sup> “‘Liberate Timor’ Move”, *The Straits Times* [Singapura], (7 de Março de 1961), p. 1.; “Extract from the *Straits Times* of 7 March 1961”, FO 371/159809, UKNA, Londres.

<sup>41</sup> “Confidential Letter No. D1017/2/61 from the Office of the United Kingdom Commissioner General for South East Asia, Lord Selkirk, for the Chancery of the British Embassy in Jakarta, 17 March 1961”, FO 371/159809, UKNA, Londres. Lord Selkirk, aliás, Sir George Nigel Douglas-Hamilton, exerceu este cargo entre 1959 e 1963.

carácter oficial”, o último parágrafo recordava que “[o] Governo da Indonésia não apresentou quaisquer reivindicações sobre o território português de Timor”.<sup>42</sup>

Com o intuito de atenuar a apreensão nos meios locais relativamente a este comunicado, o governador Filipe Themudo Barata autorizou a publicação de um contundente editorial no semanário oficioso *A Voz de Timor*,<sup>43</sup> denominado “Ignorância e Demagogia”, a partir das “notícias escutadas pela rádio”.<sup>44</sup> Este texto realçou que o comunicado da URT era “comprometedora para a bem clara política externa [da Indonésia ...] que com Portugal tem mantido as melhores relações de vizinhança, considerando-o muito acima e bem à parte do feito e dos propósitos de meia dúzia de salafários que em Jacarta, à falta de vontade de trabalhar se vão entretendo a brincar aos ‘comités’ por incapacidade para ganhar a vida por outra forma, ou – quem sabe? – porque o comunismo internacional já conseguiu envenenar as suas almas ou, pelo menos, soube já comprar os seus serviços”.<sup>45</sup>

Apesar da reacção da imprensa ultranacionalista portuguesa e das preocupações expressas pelos responsáveis britânicos, o ministro Leite Cruz recorreu que a segunda divulgação do comunicado visava possivelmente “neutrali-

---

<sup>42</sup> “Aparece agora em Jacarta sem nenhum carácter oficial um ‘Bureau de Libertação’ que pretende anexar o Timor português”, *A Voz* [Lisboa], ano 35, n.º 12.145 (7 de Março de 1961), p. p. 1.

<sup>43</sup> “Ofício n.º 19, secreto, do governador para o ministro do Ultramar, contra-almirante Vasco Lopes Alves, de 18 de Março de 1961” in “Geral”, Fundo MU/GM/GNP/L-08-00, A. 15, G. 2, M. 87, AHDMNE, Lisboa.

<sup>44</sup> Nomeadamente a *Rádio Austrália*, o serviço externo de radiodifusão da *Australian Broadcasting Corporation*, em ondas curtas, que se sintonizava em excelentes condições na região. “Ofício n.º 860/B/6/8, secreto e urgente, do chefe de gabinete do ministro do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o chefe de gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, de 13 de Março de 1961” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>45</sup> “Ignorância e Demagogia”, *A Voz de Timor* (12 de Março de 1961), p. 1; “Um movimento para a ‘libertação’ de Timor está a ser organizado em Jacarta”, *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 97, n.º 34.150 (26 de Março de 1961), p. 6; e, “A Indonésia define a sua política em relação ao Timor Português: um editorial de ‘A Voz de Timor’”, *Notícias de Macau*, ano 14, n.º 4.028 (30 de Março de 1961), pp. 1 e 6.

zar [o] noticiário cordial” acerca da visita da esquadilha da Armada do *ABRI* a Díli.<sup>46</sup>

Entretanto, em 9 de Abril de 1961, foi criada a Presidência Central da URT, com sede em Díli, mas com o quartel-general transferido para Batugadé, povoação fronteiriça próxima da cidade indonésia de Atambua e a 14 Kms do posto de Balibó. Este grupo era dirigido por um jovem timorense de 23 de anos de idade, A. Mao Klao, que assumiu a presidência, interina, do movimento. No fundo este novo órgão integrava essencialmente os mesmos membros da Comissão de Libertação, de 2 de Novembro de 1960.

Os desígnios da URT foram revelados de forma genérica na *Pernyataan Kemerdekaan* [“Declaração de Independência”] (anexo IV). O texto começava por indicar que desde o fim de 1959 tinham sido envidados esforços no sentido de ser fundado um movimento de libertação no território. Provavelmente, referia-se ao grupo samatrense “Amigos de Timor-Díli”. Estranhamente, não mencionava, todavia, os incidentes de Maio e Junho de 1959,<sup>47</sup> que levaram à detenção e deportação de 53 timorenses e de 4 militares indonésios para a colónia penal do Bié, em Angola, e ao “desterro” de mais 10 timorenses para a ilha de Ataúro (Barata, 1998, p. 73), os últimos por um período de 10 anos.

Em termos de posicionamento político enquadrava-se nas aspirações religiosas-nacionalistas do pan-malaismo e declarou-se partidário dum sistema socialista baseado na antiga *Confederasi Timor* [Confederação de Timor]. Assim, advogava o ressurgimento desta antiga estrutura política no âmbito dos princípios orientadores do Deus [*Marômak*] Oan,<sup>48</sup> da época de apogeu da *Confederasi Timor*. A última organização tinha como base o grande potentado de Wehali,

---

<sup>46</sup> “Telegrama n.º 17 do ministro de Portugal em Jacarta, António Leite Cruz, de 29 de Março de 1961” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa. Entre os dias 27 e 29 de Março de 1961 uma esquadilha de 4 vasos de guerra da Armada das *ABRI* realizou uma visita oficial a Díli (Fernandes, 2005, p. 111).

<sup>47</sup> “Confidential Report on ‘Portuguese Timor: Security Precautions Against Subversion’ written by the Australian Consul in Portuguese Timor, F.J.A. Whittaker, undated” and “Confidential Report on ‘Portuguese Timor – Political’ written by the Australian Consul in Portuguese Timor, F.J.A. Whittaker, 7 June 1959”, FO 371/143955, UKNA, Londres.

<sup>48</sup> Para uma análise da dimensão histórica e cultural do potentado Wehali [Behale] vide a tese de doutoramento em antropologia de Therik, 1996.

conhecido pelos portugueses como a província dos Belos, que correspondia ao Timor-Leste contemporâneo mais a região de Atambua, que tinha como rivais o potentado do Servião, dirigido pelo chefe Senobai, e que correspondia em termos geográficos a *Nusa Tenggara Timur* – NTT [Timor Ocidental], subtraindo, naturalmente, a região de Atambua.

Prometia, ainda, que a expulsão dos opressores só poderia ser realizado “pela força das armas” e reivindicava Timor “[c]omo uma nação malaia e um país situado no grupo das ilhas malaio-milanesias, [e que] lutaremos por uma Confederação Malaia Maior”.<sup>49</sup> A *Confederasi Timor* integrar-se-ia numa estrutura política mais ampla e abrangente: a mítica “Confederação Malaia Maior”, dirigida por um único dirigente que a orientasse por princípios socialistas. A última centrava-se em 4 princípios fundamentais: nacionalismo malaio, anti-colonialismo, anti-capitalismo e socialismo islâmico. Apesar deste documento não ter passado de um mero manifesto político-propagandístico e estar impregnado de grandes ambiguidades, omissões e generalidades superficiais, condicionou profundamente a capacidade de intervenção da URT e contribuiu, em última análise, para a sua falência política.

O texto em apreço permite-nos, por outro lado, tentar avançar com uma classificação do grupo. A URT integrava características tradicionais e etno-nacionalistas, isto é, era constituída por elementos conservadores e tradicionais, profundamente ligados ao imaginário de uma sociedade islâmico-malaia em Timor. Em termos comparativos e temporais os movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas em África surgiram no início do decénio de 1960. Todavia, entre eles existia uma diferença acentuada. No seu estudo comparativo sobre os movimentos de libertação da África lusófona, Chabal estabeleceu uma tipologia tripartida. Os primeiros, eram os “modernizadores”, ou seja, aqueles que partilhavam duma visão política universalista; os segundos eram os “tradiciona-

---

<sup>49</sup> A “Proclamação de Independência” da URT foi proferida pelo presidente, interino, da organização, A. Mao Klao, em 9 de Abril de 1961. “‘Declaration of Independence’ [of the] Central Presidium [of the] Union Republic of Timor at Temporary Quarters, Batugadé[,] Timor-Dilly, de 9 de Abril de 1961”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Dili”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fls. 29, 26, 21, 20, 18-19, IAN/TT, Lisboa.

listas”, que permaneciam presos a realidades político-sociais existentes ou imaginadas; e, os terceiros eram os etno-nacionalistas, que não conseguiam transpor a sua base tribal (1994, p. 238).

Apreensivo com o teor deste documento e a evolução da conjuntura regional, o governo australiano forneceu uma cópia à subdelegação de Timor da PIDE<sup>50</sup> e ao comando-chefe das forças armadas portuguesas em Timor, através do consulado da Austrália, no dia 29 de Abril de 1961. Segundo o cônsul Francis John Annesly Whittaker,<sup>51</sup> a embaixada do seu país em Jacarta “procurou averiguar, onde ficava a casa, do referido movimento e, constatou, que no local indicado, que é um ermo, apenas, existia uma casa, pequeníssima, facto que levou a concluir à embaixada, que, os autores do manifesto, seriam em número reduzido, dado a exiguidade das instalações”. Whittaker adiantou, ainda, que o embaixador da Austrália em Jacarta, Laurence McIntyre, indagou junto do ministério indonésio dos Negócios Estrangeiros [*Departemen Luar Negeri*] sobre o assunto, mas foi informado que ao: “governo da Indonésia, era estranho tal movimento, e, que o ignorava”.<sup>52</sup> Para além das cópias fornecidas à PIDE e ao

---

<sup>50</sup> A PIDE começou a actuar em Timor a partir de 2 de Março de 1961. Todavia, o seu inspector Mário Ferreira da Costa visitou Timor em Agosto de 1959 para estudar a possibilidade de ser criada uma subdelegação deste corpo policial no território, sob proposta de Filipe Themudo Barata, governador da colónia entre 1959 e 1963 (Barata, 1998, p. 30).

<sup>51</sup> O representante consular australiano tinha uma longa experiência de Timor e da região por duas razões fundamentais. Primeira, já exercia o cargo desde 31 de Agosto de 1955 (Portugal, 1961, p. 377) e integrava a Reserva de Voluntários da Real Armada Australiana desde a II Guerra Mundial (“Nota formal do alto comissário da Austrália em Londres, Thomas White, para o embaixador de Portugal, Rui Enes Ulrich, de 2 de Julho de 1953” in “Nomeação do Sr. Francis John Annesly Whittaker para o cargo de cônsul da Austrália em Díli”, RPA M. 790, AHDMNE, Lisboa). Durante a sua permanência, de quase 10 anos, à frente do consulado australiano em Díli, o seu governo instalou uma delegação da *Australian Secret and Intelligence Service (ASIS)* na colónia portuguesa, o terceiro escritório desta agência de informações do ministério australiano dos Negócios Estrangeiros num país estrangeiro (Gunn, 1999, p. 261).

<sup>52</sup> “Ofício n.º 46/61-SR, confidencial, do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector Manuel José da Cunha, para o director da PIDE, tenente-coronel Homero de Matos, de 29 de Abril de 1961”, PIDE/DGS, “Movimento de Libertação da Ilha de Timor”, Proc. n.º 227-SR/61, N.T. 3046, fl. 12, IAN/TT, Lisboa.

comando da guarnição militar, o consulado australiano proporcionou um exemplar da tradução inglesa do comunicado de 2 de Novembro de 1960 “a título absolutamente reservado”<sup>53</sup> ao governador Filipe Themudo Barata.

A “colaboração” australiana continuou a observar-se posteriormente. Três meses mais tarde, o cônsul australiano voltou a informar o comandante-chefe das Forças Armadas portuguesas em Timor, coronel Luís Mário do Nascimento, que a URT estava “desenvolvendo grande actividade [no] Timor indonésio[, na] região [de] Atambua. Parece [que] nesta fase procura angariar prosélitos [para] actuação posterior [no] território português como agentes subversivos”.<sup>54</sup>

A informação prestada pelo cônsul australiano parecia verídica. A edição do diário *Hong Kong Tiger Standard*, do dia 14 de Agosto, publicou um despacho do correspondente da agência noticiosa *Associated Press* em Kupang no qual era afirmado que existiam todos os “ingredientes” para a precipitação de uma crise na ilha – crescente tensão na região fronteiriça dos dois territórios, um embrião “movimento de libertação” e um vizinho hostil às políticas coloniais. De acordo com este despacho, as autoridades portuguesas tinham nas últimas semanas quase encerrado a fronteira entre os dois territórios após as autoridades da Indonésia terem criticado com grande veemência Portugal pela sua atitude em Angola. Por outro lado, a *ABRI* estava a investigar a URT pela distribuição de panfletos em *NTT* que exortavam à expulsão dos portugueses de Timor-Díli. A preocupação dos militares indonésios era de que um envolvimento com a URT enfraquecesse o caso da Indonésia contra os Países Baixos na questão da Papua Nova Guiné Ocidental.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> “Ofício n.º 26, secreto, do governador de Timor para o ministro do Ultramar, Adriano Moreira, de 6 de Maio de 1961” in “Geral”, Fundo MU/GM/GNP/L-08-00, A. 15, G. 2, M. 87, AHDMNE, Lisboa.

<sup>54</sup> “Ofício n.º 1822/B da 2.ª repartição (informações militares), confidencial, do secretário-adjunto da Defesa Nacional para o director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros e o chefe de gabinete do ministro do Ultramar, de 21 de Julho de 1961” in “Cônsul da Austrália em Timor, 1961-1971”, Fundo MU/GM/GNP/E-07-15-01, A. 1, G. 3, M. 259, AHDMNE, Lisboa.

<sup>55</sup> “Freedom Movement’ On Timor Threatening Portuguese Rule”, *Hong Kong Tiger Standard* (14 de Agosto de 1961), p. 1.

Dois dias depois, a agência noticiosa *Lusitânia* divulgou um pequeno despacho proveniente de Jacarta, que apontava para a natureza ambígua do movimento. De acordo com a agência oficiosa do regime de Salazar, a URT era “proeminente, mas não oficial”, que estava, contudo, a tentar “levantar o sentimento nacionalista naquela província portuguesa”.<sup>56</sup>

## Factores subjacentes ao insucesso da URT

Várias razões concorreram para que a URT tivesse uma existência efémera e sem grandes repercussões no terreno. Porém, por razões de espaço e brevidade, neste trabalho vamos debruçarmo-nos sobre 8 das principais condições que contribuíram decisivamente para o insucesso da URT. Aliás, estas variáveis contrastam com a actuação dos movimentos de emancipação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, assim como com o das pequenas colónias africanas de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, que conseguiram afirmar-se perante as autoridades políticas portuguesas após o 25 de Abril de 1974.

Primeiro, as actividades da URT circunscreveram-se ao foro estritamente político-propagandístico, isto é, à divulgação de comunicados e de outra propaganda avulsa. Mas mesmo a este nível, as suas actividades foram também extremamente exíguas, pois todos os comunicados eram escritos em *bahasa* indonésio, língua que não era fluentemente dominada por “nenhum timorense”.<sup>57</sup> Por outro lado, este movimento debateu-se com consideráveis problemas de divulgação da sua propaganda nos órgãos de informação da Indonésia e estrangeiros. Finalmente, existia um fosso acentuado entre a data da aparente tomada de decisões ou de reuniões e a sua divulgação. Assim, apesar de terem sido

---

<sup>56</sup> “As pretensões da organização ‘Timor Livre’”, *Notícias de Macau*, ano 14, n.º 4.143 (17 de Agosto de 1961), p. 6.

<sup>57</sup> “Relatório n.º 10/62-GU, confidencial, do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector Manuel José da Cunha, para o director da PIDE, major Fernando da Silva Pais, de 17 de Abril de 1962”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8972, fl. 988, IAN/TT, Lisboa.

formados 8 “governos” entre 1963 e 1973, só se conhece a composição de 6 (anexo I). Desconhece-se por completo, a composição dos III e V “governos” que, aparentemente, exerceram funções entre 1967 e 1969 e 1971 e 1973, respectivamente.

Segundo, existia um intenso conflito os seus dirigentes. Conseguimos aferir esta realidade pelo número de “remodelações” oficialmente divulgadas pelo movimento. O I “governo”, previsto para durar dois anos, sofreu duas remodelações. No dia 9 de Abril de 1963 foi constituído, em Batugadé, o primeiro “governo” da URT. Este era composto por 12 ministros e vice-ministros, sendo três mulheres (*ibid.*), por nomeação do 1.º vice-presidente da URT, A. Mao Klao. A sua actividade propagandística era, contudo, tão incipiente, que só conseguiram divulgar o seu comunicado no dia 14 de Abril, isto é, 10 dias depois. Apesar da sua distribuição junto das agências noticiosas indonésias e estrangeiras, só foi divulgado pelo correspondente da *Agence France-Presse (AFP)* na capital javanesa e pela revista *Sovetskaya Rossia*, de Moscovo. Os cinco parágrafos do despacho da *AFP* davam a conhecer a divulgação do comunicado em Jacarta, os nomes dos três principais dirigentes (chefe de Estado, chefe de governo e vice-chefe do governo), solicitava o reconhecimento externo e recordava que Timor tinha uma superfície de 15,007 Kms<sup>2</sup> e 500.000 habitantes.<sup>58</sup> Como observou o encarregado de negócios, interino, da legação de Portugal em Jacarta, Fernando Cardoso, o despacho da *AFP*, “não teve a menor publicidade neste país nem foi incluída nos noticiários da Agência *Antara*”.<sup>59</sup>

Por seu turno, o diário moscovita *Sovetskaya Rossia* publicou um artigo a apoiar a URT, no dia 7 de Maio de 1963. De acordo com o seu repórter Marinov a operação da Indonésia na Papua Nova Guiné Ocidental poderia ter repercus-

---

<sup>58</sup> “United Republic Of Timor-Dilly”, *South China Morning Post* [Hong Kong], (15 de Abril de 1963), p. 1; “Freedom Fighters for Liberation”, *The Voice of Ethiopia* [Adis Abeba], (16 de Abril de 1963), p. 1; “Um Governo de Rebeldes”, *Pravda* [Moscovo], (16 de Abril de 1963), p. 6; “Eyes of Timor”, *The Baltimore Sun* [Maryland], (2 de Maio de 1963), p. 4.

<sup>59</sup> “Ofício n.º 48, confidencial, de 18 de Abril de 1963, p. 2” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

sões em Timor, pois com a queda de Goa e após Jacarta ter satisfeito as suas pretensões sobre a ex-colónia holandesa, o território sob administração portuguesa tinha-se transformado numa cruel prisão e num inferno para os timorenses. A formação da URT, sob a liderança de A. Mao Klao, e o pedido do último junto de vários países para reconhecerem o seu movimento constituía o caminho mais adequado para levar avante a independência do território.<sup>60</sup> Dois dias depois, dois jornais da Indonésia, o *"Merdeka"* (governamental) e o *Bintang Timur* (comunista), referiram-se à formação do governo da URT a partir do despacho conjunto, das agências *Antara* e *Tass*, que resumia o artigo publicado no *Sovetskaya Rossia*.<sup>61</sup>

As esperanças depositadas no I "governo" da URT esvaneceram-se rapidamente. Apesar de estar prevista a sua vigência durante um período de dois anos, isto é, entre 9 de Abril de 1963 e 9 de Abril de 1965, este foi remodelado no dia 10 de Julho de 1963, isto é, teve uma existência de três meses. Muito provavelmente dissensões políticas internas ditaram o seu fim.

Na sequência da primeira remodelação, o primeiro "governo" remodelado durou 13 meses, sendo constituído por 21 "ministros". Quem perdeu com esta remodelação foi o "primeiro-ministro" T.E. Maly Bere. Este foi substituído pelo presidente da Presidência Central da URT, A. Mao Klao, que passou a acumular estes dois importantes cargos. No comunicado de circunstância foi divulgado que iriam ser enviados delegados à ONU, em Nova Iorque, e aos Estados independentes africanos,<sup>62</sup> para os elucidar sobre a situação em Timor e apelava aos Estados malaios no sentido de apoiarem a URT e a cortarem relações diplomáticas com Portugal.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> "Mao Klao Presiden REP. Persatuan Timor", *Merdeka* [Jacarta], (9 de Maio de 1963), p. 1.

<sup>61</sup> "Ofício n.º 52, confidencial, de 11 de Maio de 1963" in "Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas 'República Unida Timor-Dili'", PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>62</sup> Embora a decisão tivesse sido tomada em 3 de Abril de 1963, quatro meses mais tarde, a URT ainda continuava a ponderar o eventual envio de representantes à ONU e a vários países africanos ("Insurgents Going To U.N.", *Pretoria News* [14 de Agosto de 1963], p. 8).

<sup>63</sup> O último pedido teria, certamente, como objectivo primordial impedir politicamente que os novos Estados malaios estabelecessem relações diplomáticas formais com Portugal. "Announcement

Os três principais dirigentes do primeiro “governo” remodelado da URT, A. Mao Klao, presidente; T.E. Mali Bere, primeiro-ministro; e Immany, vice-primeira-ministra, eram naturais de Atsabe, Timor Português, segundo o inspector, interino, da subdelegação em Timor da PIDE, Armando Rodrigues Rego.<sup>64</sup> Um relatório posterior da PIDE identificava, contudo, A. Mao Klao,<sup>65</sup> como sendo Gaspar Kalau, descendente de pais portugueses oriundos de Suai. Este indivíduo era professor de liceu em Toe, em NTT, e falava inglês, holandês e alemão. Aparentemente, era “muito evoluído” e visitava “os seus parentes em Suai”.<sup>66</sup>

Relativamente a T.E. Mali Bere, a PIDE identificou-o como sendo Tomás Malibere, cunhado de Silvestre Martins Nai Buti Seço.<sup>67</sup> O primeiro deveria ser “descendente de timores portugueses, mas nascido em Atambua. Está ligado ao antigo regulado de Lemeia, hoje subdividido em vários sucos, sob a gerência do Posto de Hatolia, do concelho de Ermera. Um dos parentes desse Mali Bere, talvez mesmo o pai, foi régulo de Lemeia, mas em 1912, quando da luta travada entre ele e a família do actual chefe de um dos sucos – Lemeia-Craic –, teve de fugir para o Timor Indonésio, donde nunca mais voltou, ignorando-se se ainda é vivo. No entanto, os seus parentes nunca perdem a ideia de voltar para o seu regulado”.<sup>68</sup>

Silvestre Martins Nai Buti Seço, por seu turno, era “filho do antigo liurai de Hatolia, fugido para o território indonésio, por ‘traição à Bandeira’ quando da

---

[of the] Directorate General [of the] Central Presidium of the Union Republic of Timor-Dilly’, assinado pelo director-geral Abdullah Kalao, de 20 de Julho de 1963”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fls. 105-106, IAN/TT, Lisboa.

<sup>64</sup> “Relatório n.º 11/63-GU, confidencial, do inspector, interino, da subdelegação de Timor da PIDE, Armando Rodrigues Rego, de 4 de Junho de 1963”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8972, fl. 388, IAN/TT, Lisboa.

<sup>65</sup> Aliás, Mao Klao Muhammad Saleh Akbar Balikh.

<sup>66</sup> “Relatório apresentado pelo chefe da subdelegação da PIDE de Timor, inspector, interino, Armando Rodrigues Rego, na Comissão de Coordenação de Defesa Timor, em 3 de Setembro de 1963”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8972, fl. 289, IAN/TT, Lisboa.

<sup>67</sup> *Ibid.*

<sup>68</sup> “Relatório n.º 9/63-GU, confidencial, do inspector, interino, da subdelegação de Timor da PIDE, Armando Rodrigues Rego, de 7 de Maio de 1963”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8972, fl. 435, IAN/TT, Lisboa.

guerra de Manufai, em 1912, que, ambicionando voltar às terras dos seus antepassados, solicita o apoio de quem quer que seja, para atingir o fim em vista”.<sup>69</sup> Aliás, o chefe da subdelegação da PIDE em Timor, inspector, Armando Rodrigues Rego, informou o cônsul de Portugal em Jacarta, António Pinto da França, aquando da sua visita a Timor, entre os dias 8 e 15 de Dezembro de 1965, “que nenhum dos indivíduos, até agora referenciados, é português e que, nem mesmo, aqui alguma vez residiram; quando muito podem ser oriundos dos portugueses fugidos para a Indonésia em 1912, quando da ‘Guerra de Manufai’, mas, pode-se afirmar, nenhum é português”.<sup>70</sup> Nai Buti era um elemento importante porque mantinha uma rede informal de informadores nos bazares na zona de fronteira do Timor Português.<sup>71</sup>

Com o desígnio de obter apoios externos a URT enviou comunicados às missões diplomáticas estrangeiras acreditadas junto do governo de Jacarta. O encarregado de negócios, interino, de Portugal em Jacarta, José Eduardo de Melo Gouveia, informou Lisboa que o seu colega da embaixada da Turquia lhe confidenciara que a delegação da URT tinha enviado um ofício circular às missões diplomáticas dos países árabes do Médio Oriente a divulgar a relação dos membros do 2.º governo da URT.<sup>72</sup> Numa grande falta de tacto político, a URT declarava-se alinhada com os Estados Malaios, que na altura ascendiam a 250 milhões de pessoas, e apoiava abertamente a criação do Esta-

---

<sup>69</sup> “Relatório n.º 7/65-GU, confidencial, do inspector, interino, da subdelegação de Timor da PIDE, Armando Rodrigues Rego, de 12 de Outubro de 1965”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8973, fl. 313, IAN/TT, Lisboa.

<sup>70</sup> “Relatório n.º 12/65-GU, confidencial, do inspector, interino, da subdelegação de Timor da PIDE, Armando Rodrigues Rego, de 21 de Dezembro de 1965”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8973, fl. 112, IAN/TT, Lisboa.

<sup>71</sup> “Relatório n.º 12/64-GU, confidencial, do inspector, interino, da subdelegação de Timor da PIDE, Armando Rodrigues Rego, de 11 de Agosto de 1964”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8973, fl. 915, IAN/TT, Lisboa.

<sup>72</sup> “Ofício UL 413, confidencial, do director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, para o director da PIDE, major Fernando da Silva Pais, de 30 de Outubro de 1964”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Dili”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fl. 107, IAN/TT, Lisboa.

do Malaio, o que criou, inevitavelmente, obstáculos nas relações com a Indonésia.<sup>73</sup>

A imprensa indonésia e a agência noticiosa oficial *Antara*, com a excepção da imprensa alinhada com o *Partai Komunis Indonesia* – PKI (Partido Comunista da Indonésia), não deu cobertura alguma à formação do II governo da URT.<sup>74</sup> Porém, a delegação em Jacarta da *Agence France-Presse* divulgou um despacho em que dava a conhecer os três principais dirigentes da URT. Este despacho foi divulgado por vários órgãos da imprensa internacional.

O IV “governo” da URT era constituído por 27 membros e vigorou entre 9 de Abril de 1969 e 9 de Abril de 1971.<sup>75</sup> Enquanto o VI, cujo mandato decorreu entre 9 de Abril de 1973 e 9 de Abril de 1975, foi oficialmente divulgado no dia 28 de Junho de 1973, alegadamente em Batugadé. Este governo era constituído por 19 ministros e 1 secretário de Estado (Anexo II). A delegação da URT em Jacarta encarregou-se de divulgar o comunicado da relação dos membros do “Conselho de Ministros” junto das embaixadas estrangeiras acreditadas junto do regime de Mohammed Suharto. Porém, segundo o cônsul português, Manuel Lopes da Costa, “a grande maioria das Missões acreditadas na capital da Indonésia não dedicou ao assunto a menor atenção, por não atribuir aquele movimento qualquer representatividade”.<sup>76</sup>

Terceiro, a latente incapacidade de actuação da URT no terreno estava relacionada com a sua base tribal e religiosa minoritárias. De acordo com a PIDE,

---

<sup>73</sup> *Ibid.*, fl. 108.

<sup>74</sup> “Ofício n.º 4064/L-8-I, muito secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar para o director da PIDE, major Fernando da Silva Pais, de 28 de Junho de 1963”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fls. 118, IAN/TT, Lisboa.

<sup>75</sup> “Cópia de tradução’ do comunicado do ‘Presidium Central da URT, assinado pelo presidente, A. Mao Klao, de 9 de Abril de 1969”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fls. 12-14, IAN/TT, Lisboa.

<sup>76</sup> “Ofício n.º 5955, PAA 948, do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, para o director-geral de Segurança, major Fernando da Silva Pais, de 9 de Agosto de 1973”, PIDE/DGS, “Movimento de Libertação Nacional do Timor Português”, Proc. n.º 18891/CI(2), N.T. 7826, fl. 18, IAN/TT, Lisboa.

os principais dirigentes da URT eram naturais da região de expressão quêmaque.<sup>77</sup> Esta área começava na “bacia da Lóis, prolongando-se desde o mar da costa norte para o interior até Atsabe, Laimean e Marôbo” (Felgas, 1956, p. 175). As origens deste grupo, no passado recente, remontavam às lutas pelos regulados na zona fronteiriça entre Timor e *Nusa Tenggara Timur (NTT)*, aquando da ocupação de Timor pelos japoneses. Aparentemente, os timorenses de expressão quêmaque teriam apoiado os japoneses integrando as “colunas negras”.<sup>78</sup> Após a reocupação de Timor pela administração portuguesa, a maioria dos timorenses de expressão quêmaque que colaboraram com os japoneses refugiaram-se na Indonésia, passando muitos a integrar as forças armadas deste país. Esta versão da política política do regime foi, porém, mitigada pelo representante português em Jacarta. De acordo com António d’Oliveira Pinto da França,<sup>79</sup> a URT “parece ser constituída por um pequeno grupo, na maioria comerciantes de origem árabe, instalado na zona da fronteira, do lado indonésio. Aparentemente os seus laços com Timor português são remotos e as reivindicações a uma liderança de nacionalismo timorense corresponderão sobretudo a oportunismo e a ambições de promoção individual” (pp. 83-84).

Apesar desta base política em *NTT*, a URT nunca conseguiu exercer influência política significativa junto dos timorenses de expressão quêmaque residentes em Timor-Leste, que ascendiam a 50.000 habitantes, em 1956 (Felgas, 1956, p. 175). Esta atitude deveu-se, em parte, ao agravamento das profundas clivagens inter-étnicas em *NTT*, em particular, e na Indonésia, em geral. Os timorenses

---

<sup>77</sup> “Relatório 11/63-GU, confidencial, do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector, interino, Armando Rodrigues Rego, para o director da PIDE, major Fernando da Silva Pais, de 4 de Junho de 1963”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8972, fls. 387-388, IAN/TT, Lisboa.

<sup>78</sup> As “colunas negras” foram milícias timorenses organizadas, treinadas e orientadas pelas forças de ocupação nipónicas em Timor, entre 1942 e 1945. Os principais objectivos destes corpos foram criar sérios obstáculos às operações de guerrilha levadas a cabo pelas forças armadas da Austrália em Timor e intimidar política e psicologicamente a débil administração portuguesa, os residentes brancos e o escol timorense e as autoridades gentílicas tradicionais alinhadas Portugal e actuar contra as “colunas brancas” afectas à administração colonial portuguesa.

<sup>79</sup> Cônsul de Portugal em Jacarta entre 22 de Janeiro de 1965 e 24 de Julho de 1970 (Portugal, 1971, p. 230).

que viviam junto à fronteira e que tinham familiares a viver em *NTT* estavam cientes da profunda crise e das dificuldades políticas e inter-étnicas por que passavam os timorenses que residiam no Timor Indonésio. O *NTT* era totalmente dominado por militares javaneses e os naturais do território eram sistematicamente preteridos nos principais cargos da administração regional, assim como em funções que eram por tradição atribuídas às autoridades gentílicas, como, por exemplo, os postos de rajás e de liurais. Esta conjuntura contribuiu para que grassasse um acentuado conflito político e inter-étnico entre os naturais da *NTT* e os javaneses, sendo os últimos apelidados de “holandeses negros” pelos primeiros.

Esta situação deteriorou-se com o acentuado agravamento da crise económica e social em *NTT*. A carência de comestíveis e vestuário, salários precários e a carestia de vida<sup>80</sup> contribuiu, por exemplo, para que os habitantes da região fronteira da *NTT* se deslocassem com grande frequência aos bazares de Balibó e de outras localidades do Timor Português para comprarem produtos que escasseavam no Timor Indonésio. Estas interacções permitiram, certamente, aos timorenses do Leste, especialmente aos que viviam na região fronteira, estarem conscientes da situação que se vivia em *NTT* e facilitou o trabalho de recolha de informações por parte da subdelegação da PIDE em Díli sobre a situação política, económica e social no Timor Indonésio.

Por outro lado, a debilidade da URT foi reforçada pela sua forte matriz confessional islâmico-malaia numa colónia na sua esmagadora maioria animista e tendencialmente católica. Esta realidade comprometeu a implantação do movimento junto dos timorenses. Na opinião de Hélio Felgas, “nem o induísmo nem o islamismo exerceram qualquer influência sobre o timorense” (p. 153). A esmagadora maioria era animista e só 60.000 timorenses, ou seja, 13,7% da população era católica, em meados de 1950. Este número aumentou para 122.167, ou seja, 21,9%, em 1964 (Pedro, 1965, p. 685), 153.280, isto é, 25,1%, em 1970 (Barata,

---

<sup>80</sup> “Relatório n.º 8/63-GU, confidencial, do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector, interino, Armando Rodrigues Rego, para o director da PIDE, major Fernando da Silva Pais, de 23 de Abril de 1963”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8972, fls. 457, IAN/TT, Lisboa.

1998, p. 75), e para “cerca de um terço da população timorense” em 1974 (Magalhães, 1999, p. 10; Almeida, 1994, p. 642).<sup>81</sup>

Mesmo que as actividades da URT conseguissem apelar à diminuta comunidade “árabe” de Díli,<sup>82</sup> esta foi infiltrada pela PIDE/DGS no sentido de a neutralizar de eventuais efeitos de propaganda. A comunidade “árabe” vivia nas várzeas próximo da cidade, mas nunca mostrou qualquer interesse pela URT, nem pelas actividades do consulado da Indonésia. Segundo um relatório da PIDE, o cônsul da Indonésia em Díli, Roeslan Soeroso:

“Procurou infiltrar-se na comunidade árabe, onde o terreno lhe é mais fácil, dada a identificação religiosa, mas em virtude da nossa persistência em mostrarmos claramente que sabemos das suas intenções, desistiu e, até, já, em conversas com amigos comuns, se queixou que ‘o Senhor Inspector da PIDE é um bom companheiro e muito boa pessoa, mas anda sempre a perseguir-me; julga que eu vou para o bairro árabe com intuits reservados... eu vou ali para comprar frangos e ovos’. Pois sim; o Senhor Cônsul que vá comprando ‘os frangos e ovos’ que entender, mas não tenha a veleidade de julgar que é capaz de organizar ‘qualquer coisa’ sem que seja por nós imediatamente assinalada e desarticulada”.<sup>83</sup>

A recolha de informações pela subdelegação em Timor da PIDE permitiu neutralizar todas as tentativas de infiltrações informais da Indonésia. Assim, a PIDE criou um posto na circunscrição de Balibó, em Abril de 1963, com um agente que falava bem o tétum, conhecia o meio e mantinha relações amistosas com as autoridades gentílicas tradicionais, o que permitiu debelar todas as

---

<sup>81</sup> Durand defende, todavia, que 28% da população de Timor-Leste era católica em 1973 (p. 69).

<sup>82</sup> De acordo com Geoffrey C. Gunn a diminuta comunidade islâmica de Díli “*were speakers of Malay and otherwise acculturated to Malay culture*” (p. 243).

<sup>83</sup> “Relatório, confidencial, do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector, interino, Armando Rodrigues Rego, para o subscretário de Estado da Administração Ultramarina, Silva Cunha, de 5 de Dezembro de 1964”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8973, fl. 739, IAN/TT, Lisboa.

iniciativas da Indonésia e da URT. Por outro lado, a PIDE neutralizou várias tentativas de aliciamento dos timorenses de expressão quêmaque, assim como se manteve bem informada sobre a conjuntura política, económica e social na Indonésia através dos contactos privilegiados que manteve com timorenses católicos da NTT.

A reanimação das tropas de 2.<sup>a</sup> linha, constituídas essencialmente por timorenses, no princípio do decénio de 1960, revelou-se, por outro lado, um eficaz dispositivo de segurança para neutralizar os indonésios e a URT (Barata, 1998, pp. 136-141; Fernandes, 2005, p. 139).

Quarto, ao contrário do que sucedeu em Angola, Guiné e Moçambique, onde surgiram movimentos de libertação que conseguiram desencadear actividades de luta armada, a URT mostrou-se totalmente incapaz de se afirmar politicamente por este meio. Embora a última instituiu-se um Conselho Militar no dia 10 de Junho<sup>84</sup> de 1963 com o objectivo de “coadjuvar a presidência central da URT”, em nada contribuiu para a prossecução da luta armada contra a administração colonial portuguesa. Apesar do Conselho Militar ser constituído por 22 elementos e estes serem equiparados a “ministros” do “governo”, a sua criação parece ter sido mais uma manobra por parte de A. Mao Klao para reforçar o controlo da URT, pois passou a acumular a presidência, interina, da URT, com a de presidente supremo do Conselho Militar. Esta atitude deveu-se essencialmente ao facto que ele não integrava o I “governo” da URT, nomeado em 9 de Abril de 1963 (anexo II). Todavia, um mês após ter sido nomeado “presidente supremo” do Conselho Militar, o I “governo” foi remodelado, em 10 de Julho, passando ele a acumular os cargos de “primeiro-ministro” e de “ministro dos Negócios Estrangeiros e da Raça Inter-Malaia” (*Ibid.*) Na realidade, o Conselho Militar da URT nunca conseguiu desencadear qualquer operação de luta armada em Timor. Segundo um relatório da subdelegação em Timor da PIDE:

---

<sup>84</sup> Esta data passou a ser designada “oficialmente” como o “Dia das Forças Armadas” da URT.

“Parece também que o grupo que constitui o chamado ‘Presidium da União da República de Timor-Díli’ em nada afecta a nossa segurança, em virtude de, nesta Província, não terem sequer conhecimento dele. Crê-se, até que se trata de um grupo de indivíduos, residentes em Jacarta, com responsabilidades ou não na governação da Indonésia, os quais, usando pseudónimos, se intitulam paladinos de uma ‘Libertação’ com que os timorenses nem sonham. Um facto é certo, até hoje ainda nada nem ninguém concretamente indicou que quaisquer desses indivíduos seja timorense, ou mesmo que exista com o seu verdadeiro nome”.<sup>85</sup>

Esta realidade, contribuiu para que anos mais tarde o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik, duvidasse publicamente da “genuidade” da URT por não conseguir levar avante a luta armada. Na conferência de imprensa concedida no dia 1 de Agosto de 1973, o chefe da diplomacia da indonésia declarou que embora sustentasse dúvidas sobre a autenticidade da URT, não a proibia. Porém, acrescentou que: “se são, na realidade, combatentes da liberdade, devem ir para Timor e travar a sua luta no interior”.<sup>86</sup> Caso não o fizessem não passavam de uns “aventureiros”.<sup>87</sup> Com o intuito de assegurar a máxima divulgação desta posição oficial, a *Radio Republik Indonesia* difundiu o despacho da *Reuters*.<sup>88</sup>

Quinto, o movimento manteve historicamente relações difíceis com o regime de Jacarta, do qual dependia *in extremis*. Seis razões condicionavam o seu

---

<sup>85</sup> “Informação n.º 394-SC/CI(2), confidencial, sobre a ‘situação em Província de Timor’ da subdelegação da PIDE de Díli, de 14 de Abril de 1966”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fl. 44, IAN/TT, Lisboa.

<sup>86</sup> “Despacho n.º 56 da delegação em Jacarta da agência noticiosa *Reuters*, de 1 de Agosto de 1973” in “União Repúb. Timor”, Fundo MU/GM/GNP/L-08-01, A. 15, G. 2, M. 88, AHDMNE, Lisboa; “Perintrep n.º 8/73, referente ao período de 1 a 30 de Agosto de 1973, do comando militar de Timor”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8979, fl. 413, IAN/TT, Lisboa.

<sup>87</sup> *Ibid.*

<sup>88</sup> “Ofício n.º 59, secreto, do governador de Timor, coronel graduado Fernando Alves Aldeia, para o ministro do Ultramar, Silva Cunha, de 7 de Agosto de 1973” in “União Repúb. Timor”, Fundo MU/GM/GNP/L-08-01, A. 15, G. 2, M. 88, AHDMNE, Lisboa.

comportamento. Primeira, a URT surgiu inicialmente sob os auspícios do governo provisório rebelde *Pemerintah Revolusioner Republik Indonesia (PRRI)*,<sup>89</sup> que desafiou o regime de Sukarno.<sup>90</sup> Este movimento ambicionava obter uma ampla autonomia política, administrativa, financeira e cultural das várias ilhas e regiões do imenso arquipélago em relação a Jacarta, fortemente orientado por javaneses,

---

<sup>89</sup> "Relatório n.º 43/63-GU, confidencial, do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector, interino, Armando Rodrigues Rego, para o chefe de gabinete do governador de Timor, capitão João de Beires Junqueira, de 16 de Abril de 1963", PIDE/DGS, "GU-Timor", SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8972, fl. 466, IAN/TT, Lisboa. Esta informação foi confirmada pelo governo de Timor. De acordo com este, a URT foi instituída pela *Pemerintah Revolusioner Republik Indonesia* [Governo Revolucionário da República da Indonésia], um partido político que contava com "pouca aceitação" em Jacarta "e nenhuma no Timor Indonésio" ("Ofício n.º 34, secreto, do encarregado do governo de Timor, brigadeiro Francisco António Pires Barata, para o ministro do Ultramar, comandante António Augusto Peixoto Correia, de 19 de Abril de 1963, p. 4" in "Geral", Fundo MU/GM/GNP/L-08-00, A. 15, G. 2, M. 87, AHDMNE, Lisboa).

<sup>90</sup> Devido à grande instabilidade política que grassava na Indonésia, em parte motivado pelas reivindicações para mais autonomia por parte de algumas províncias que se achavam preteridas pelo governo central, surgiram duas rebeliões regionais, uma centrada na parte oriental do país e outra na parte ocidental. Assim, em 2 de Março de 1957 o comandante da região militar oriental da Indonésia, tenente-coronel Herman Nicolas "Ventje" Sumual, com o apoio de outros militares e dirigentes políticos civis, adoptaram a *Piagam Perjuangan Semesta Alam – Permesta* (Carta da Luta Universal) (Harvey, 2003 [1977], pp. 164-167). Este documento reivindicava a restauração na íntegra dos direitos das regiões, autonomia financeira, aumento dos fundos de fomento, as indemnizações do governo japonês e um certo controlo sobre a nomeação de funcionários governamentais. Este grupo tinha como base regional de apoio a parte oriental da Indonésia, nomeadamente a região norte da ilha Sulawesi [Celebes]. Uns meses mais tarde, com o apoio do segundo maior partido islâmico da Indonésia *Madjelis Sjuro Muslimin Indonesia – Masjumi* (Conselho Consultivo dos Muçulmanos Indonésios), alguns dirigentes do *Partai Sosialis Indonésia – PSI* (Partido Socialista da Indonésia), oficiais gerais e comandantes regionais das forças armadas da Indonésia e a complacência do ex-vice-presidente do país, Mohammed Hatta, o governo provisório do *PRRI* surgiu na ilha de Sumatera [Samatra], em 15 de Fevereiro de 1958. Este acto contribuiu para o fim da "democracia parlamentar" na Indonésia. O governo dos EUA e os seus aliados do sudeste asiático – nomeadamente a Austrália e o Reino Unido – ofereceram, secretamente, auxílio logístico ao *PRRI*. Em resposta a este desafio, Sukarno desencadeou uma campanha de repressão maciça sobre estas duas províncias rebeldes. Esta concluiu-se em 17 de Agosto de 1961, quando o "primeiro-ministro" rebelde, Sjafruddin Prawiranegra, e 34 outros destacados dirigentes do *PRRI* se renderam às forças leais ao chefe de Estado (Cowan, 1963, pp. 246-247). Para uma análise circunstanciada do movimento regional *PRRI/Permesta* vide o óptimo trabalho de Harvey, 2003 [1977].

e reduzir a influência do *Partai Komunis Indonesia – PKI* (Partido Comunista da Indonésia) no sistema político do país. Com a derrota do *PRRI*, a existência da URT tornou-se extremamente débil e dependente da benevolência de Jacarta.

Segundo, o governo central da Indonésia receava que um eventual patrocínio público e directo da URT poderia ser usado por forças políticas internas como pretexto para precipitar o ressurgimento de movimentos separatistas no próprio país, apesar destes terem, em parte, sido fortemente reprimidos e perseguidos no início do decénio de 1960. Aliás, esta posição foi expressa pelo diplomata José Eduardo de Melo Gouveia, antigo encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, num encontro que teve em Camberra com destacadas individualidades políticas australianas. Na opinião deste diplomata: “o eventual apoio da Indonésia ao movimento de independência de Timor, esclareci a título pessoal, que dificilmente Sukarno viesse a tomar abertamente essa orientação visto o perigo de criar uma precedência para movimentos de separação prevalentes e subsidiários à República da Indonésia, caso das Molucas e mesmo da Samatra”.<sup>91</sup>

Terceiro, a conduta de grande ambiguidade de Jacarta em relação à URT enquadrava-se na sua política de apoio aos movimentos rebeldes e aos “governos no exílio” – nomeadamente, do Bornéu do Norte e às suas tentativas sub-reptícias para incorporar a Papua Nova Guiné Ocidental na Indonésia (Saltford, 2003). Esta atitude suscitou uma grande desconfiança por parte dos dirigentes da URT. O cisma foi tão profundo que a URT se deu ao trabalho de publicar e divulgar a sua constituição, em 4 de Maio de 1965 (anexo V), na qual reiterava o seu desígnio de obter a independência “absoluta” de Timor-Díli e manifestava grande empenho no princípio que “*she is never prone to be annexed by any neighboring country*” (*ibid.*). Como asseverou com grande perspicácia o cônsul António de Oliveira Pinto da França para o Palácio das Necessidades:

---

<sup>91</sup> “Telegrama n.º 33 recebido do encarregado de negócios de Portugal em Camberra, José Eduardo de Melo Gouveia, em 26 de Agosto de 1965” in “Relações políticas de Portugal com a Austrália: geral, 1961-1966”, PAA M. 1176, AHDMNE, Lisboa.

“que no caso da Indonésia decidir desencadear uma ofensiva contra Timor, ofensiva que na melhor das probabilidades tomará uma forma indirecta de preferência a uma intervenção directa, o Governo Indonésio não poderá servir-se deste movimento da ‘União da República de Timor’ sem que previamente tenha promovido nos seus exíguos quadros uma reforma radical que assegure ‘obediência e docilidade’”.<sup>92</sup>

Na disputa entre Jacarta e Kuala Lumpur pela liderança do mundo malaio, a URT nutria uma certa simpatia pelo regime de Tunku Abul Rahman, da Malásia. Esta situação intensificava, obviamente, atitudes de distância por parte do regime de Sukarno, que mantinha uma política de grande intransigência política em relação a Kuala Lumpur, como se verificou durante a vigência da política de *confrontasi* com a Malásia.

Aliás, sintomático da relação difícil entre Jacarta e a URT foi a informação prestada pelo novo cônsul da Indonésia em Díli, Roeslan Soeroso, ao comandante militar de Timor, tenente-coronel Manuel Amadeu Gomes Madail de Sousa Teles. O primeiro informou o segundo, que A. Mao Klao, presidente, interino, da URT, se encontrava detido em Jacarta “para evitar aborrecimentos aqui”.<sup>93</sup> O cônsul indonésio “teria confidenciado este facto para evidenciar a disposição das autoridades do seu país em evitar incidentes com as nossas”.<sup>94</sup> Interpelado pelo ministério dos Negócios Estrangeiros sobre o assunto, o encarregado de negócios de Portugal em Jacarta, José Eduardo de Melo Gouveia, informou o Palácio das Necessidades que não existiam razões para recear uma atitude hostil por parte de Jacarta, pois não desejava “agitar connosco ou contra nós problemas

---

<sup>92</sup> “Ofício n.º 83 de 18 de Setembro de 1965” in “Relações políticas de Portugal com a Austrália: geral, 1961-1966”, PAA M. 1176, AHDMNE, Lisboa.

<sup>93</sup> “Perintrep n.º 3/64, de 1 a 31 de Março de 1964” PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8973, fl. 1196, IAN/TT, Lisboa.

<sup>94</sup> “Ofício UL 549 enviado em nome do director-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Soares de Oliveira, para o director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, de 20 de Maio de 1964” in “Agitação nas províncias ultramarinas: actividades de individuos relacionadas com os movimentos nacionalistas: Timor – Mao Klao”, PAA M. 522, AHDMNE, Lisboa.

susceptíveis de controvérsia, julgue mais conveniente manter o *status quo*, coexistindo, não provocando, nem permitindo que outros no interior da República o façam”. Relativamente à URT, chamou à atenção que “no plano interno, o problema poderá degenerar num perigoso precedente, abrindo caminho à desintegração política das diferentes sócio-etnias, aglutinadas mais ou menos à força e pela força, na República da Indonésia”.<sup>95</sup>

Quarto, a URT era um movimento islâmico num Estado laico, o que contribuiu para uma certa desconfiança dos dirigentes do movimento por parte de Jacarta e nos permite, em parte, compreender a dificuldade com que actuava junto de missões diplomáticas estrangeiras acreditadas junto do governo da Indonésia. Em suma, “*the host state may be theoretically enthusiastic toward the movement but pragmatically reluctant to assume the cost of sponsorship*” (Bell, 1981 [1970], p. 165).

Quinto, após a consolidação no poder do regime anticomunista de Suharto e a restauração do *status quo ante* em relação ao Timor Português, a URT foi afectada pela conjuntura de guerra fria ao ser acusada pela imprensa indonésia de ser um instrumento do *PKI* e da União Soviética na região.

A primeira acusação partiu dos diários *Merdeka* e *The Indonesian Observer*, nas suas edições do dia 29 de Setembro de 1969. De acordo com o primeiro jornal, um relatório das autoridades da Indonésia davam conta que vários oficiais das Forças Armadas Portuguesas tinham levado a cabo três tentativas infrutíferas para reactivar a URT e proclamar a independência da “República de Timor”. A quarta tentativa gorada tinha tido lugar após o golpe falhado do *PKI* de 30 de Setembro de 1965. Este teria como objectivo acolher os dirigentes do *PKI* que tinham conseguido escapar e que pretendiam usar Timor-Díli como uma base para regressar à Indonésia. Embora o *Merdeka* não conseguisse confirmar esta versão dos acontecimentos junto das autoridades da Indonésia, a fonte confir-

---

<sup>95</sup> “Ofício, n.º 61, confidencial, do encarregado de negócios da legação de Portugal em Jacarta, José Eduardo de Melo Gouveia, para o ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, de 27 de Julho de 1964” in “Agitação nas províncias ultramarinas: actividades de indivíduos relacionadas com os movimentos nacionalistas: Timor – Mao Klao”, PAA M. 522, AHDMNE, Lisboa.

mou que o governo de Suharto conhecia o relatório, mas que estava a conduzir uma investigação acerca da possibilidade das autoridades portuguesas desconhecerem o envolvimento dos seus oficiais.<sup>96</sup> Uma notícia quase idêntica surgiu no *The Indonesian Observer*<sup>97</sup> do mesmo dia, citando o *Merdeka*.

A notícia foi divulgada internacionalmente no dia seguinte. O *Straits Times*,<sup>98</sup> de Singapura, e o *Hong Kong Standard*<sup>99</sup> publicaram um despacho proveniente da delegação da agência *Reuters* na capital javanesa no qual recordava que a informação sensacionalista acerca da alegada atitude dos oficiais portugueses fora publicada no diário *Merdeka*, propriedade de Burhanuddin Mohamad Diah, ministro da Informação dos dois primeiros governos de Suharto, ou seja, entre 25 de Julho de 1966 e 6 de Junho de 1968.

A notícia foi desmentida por várias instituições. O consulado de Portugal em Jacarta e o *Departemen Luar Negeri* negaram ter conhecimento da alegada conspiração entre oficiais da guarnição militar portuguesa e a URT, no dia 29 de Setembro.<sup>100</sup> Quatro dias mais tarde, o presidente, interino, da assembleia geral da *Persatuan Seluruh Bangsa Melayu* (União Geral da Raça Malaia) e da sua delegação em Timor-Díli, desmentiu categoricamente a notícia, dos dois principais diários de Jacarta. De acordo com A.B. Lao, a URT tinha sido fundada em 9 de Abril de 1961 sob a liderança de A. Mao Klao. Refutou veementemente que a URT integrasse membros das Forças Armadas Portuguesa, defendeu que continuava a sua luta contra a administração colonial portuguesa, que não se tinha envolvido com o *PKI* na Indonésia ou oferecido Timor-Díli para uma base comu-

---

<sup>96</sup> "Timor Portugis Basis Komunis? ["O Timor Português é uma base comunista?]", *Merdeka* [Jacarta], (29 de Setembro de 1969), p. 1.

<sup>97</sup> "Portuguese Plot to Set Up Pro-Red Republic in Timor", *The Indonesian Observer* [Jacarta], (29 de Setembro de 1969), p. 1.

<sup>98</sup> "Tentativa para estabelecer uma base vermelha no Timor Português", *The Straits Times* (30 de Setembro de 1969), p. 1; "Portuguese Plot: Red Base in Timor", *Hong Kong Standard* (30 de Setembro de 1969), p. 1.

<sup>99</sup> "Portuguese Plot: Red Base in Timor", *Hong Kong Standard* (30 de Setembro de 1969), p. 1.

<sup>100</sup> "Pro-Red Plot in Portuguese Timor Denied", *The Indonesian Observer* [Jacarta], (1 de Outubro de 1969), p. 1.

nista. Aproveitou a oportunidade para reiterar a vontade da URT em fortalecer as suas relações com os Estados irmãos da Indonésia, da Malásia e das Filipinas, recordando, contudo, que esta predisposição tinha sido seriamente afectada pelas insidiosas tentativas para associar a URT ao PKI.<sup>101</sup>

Não obstante o desmentido, o cônsul indonésio em Díli, solicitou uma audiência ao governador para lhe dar conhecimento dela e interpelá-lo sobre o seu teor. Durante a reunião, Agoes<sup>102</sup> defendeu “que o Governo indonésio sendo anticomunista não poderia aceitar uma situação como a que se prevê no artigo”.<sup>103</sup> O brigadeiro José Nogueira Valente Pires informou o cônsul “que como ele sabia o Governo português também era anticomunista e portanto tal situação nunca seria criada, além de que com a sua permanência nesta cidade tinha conhecimento do que se passava e nunca tal tentativa existiu ou estaria a ser engendrada”.<sup>104</sup> Apesar de se ter manifestado contente com a declaração do governador, “no final insistiu três vezes, se a informação dada era segura e se poderia com confiança desmentir a notícia ao seu Governo em Jacarta. Foi-lhe afirmado que sim e que o melhor local para saber da intenção da mesma seria em Jacarta onde teve origem, ou em Singapura onde foi publicado”.<sup>105</sup> O governador suspeitou, porém, que estas “notícias sejam postas a circular pelo próprio Governo indonésio, com a intenção de arranjar uma justificação para intervir no nosso território com base na suposta defesa dos seus interesses”.<sup>106</sup> Apesar da sua escassa plausibilidade, recomendou que “não pode

---

<sup>101</sup> “‘Uni Rep. Timor’ Bukan Komunis” [“A ‘União da República de Timor’ não é comunista”], *Merdeka* [Jacarta], (3 de Outubro de 1969), p. 1; “Timor Dilly Movement Not Pro-Red”, *The Indonesian Observer* [Jacarta], (3 de Outubro de 1969), p. 1.

<sup>102</sup> Reconhecido provisoriamente como cônsul da Indonésia em Díli pelo ministério português dos Negócios Estrangeiros, em 7 de Setembro de 1967 (“Aviso da repartição de gabinete”, *Boletim Oficial de Timor*, n.º 43 (28 de Outubro de 1967), p. 717).

<sup>103</sup> “Ofício n.º 82, secreto, do governador José Nogueira Valente Pires para o ministro Silva Cunha, de 15 de Outubro de 1969” in “União Repúb. Timor”, Fundo MU/GM/GNP/L-08-01, A. 15, G. 2, M. 88, AHDMNE, Lisboa.

<sup>104</sup> *Ibid.*

<sup>105</sup> *Ibid.*

<sup>106</sup> *Ibid.*

deixar de ser estudada, a fim de nos precavermos contra todas as eventualidades".<sup>107</sup>

Porém, as acusações não cessaram. Três anos mais tarde centraram-se sobre uma alegada dependência pecuniária da União Soviética. O jornal *Raya*, de Jacarta, denunciou, na sua edição do dia 3 de Abril de 1972, o alegado apoio financeiro prestado pela embaixada soviética à URT.<sup>108</sup> Na sequência desta notícia, o semanário *The Asian*, de Hong Kong, publicou outra do mesmo teor. Esta situação levou o regime de Suharto a ordenar a apreensão da edição em apreço no dia 19 de Abril de 1972.<sup>109</sup> Apesar da última decisão, os diários *The Irish Press*, de Dublin, e o *Il Fiorino*, de Roma, publicaram, nos dias 8 e 14 de Novembro de 1973, respectivamente, uma notícia idêntica a darem conta que a União Soviética estava a promover uma série de projectos de fomento regional com o intuito de facilitar um eventual apoio à URT.<sup>110</sup> A situação tornou-se tão tensa, que o chefe da delegação da PIDE/DGS em Timor, inspector João Lourenço, informou o major Fernando da Silva Pais, em meados de Julho de 1971, que: "o Governo de Jacarta teria mandado encerrar as portas" da URT, "fazendo uma alocação em que garantia a não intervenção do seu país na política dos países vizinhos, com quem desejava manter as melhores relações".<sup>111</sup>

Sexto, a Indonésia encontrava-se envolvida em vários conflitos regionais considerados prioritários e que proporcionaram uma conjuntura político-diplomática favorável à manutenção do *status quo* em Timor-Díli. As duas principais prioridades da política externa do regime de Sukarno na primeira metade da década de 1960 foram os processos de "integração" do Irião Ocidental ou Papua

---

<sup>107</sup> *Ibid.*

<sup>108</sup> "Despacho da delegação em Jacarta da agência noticiosa *Reuters*, de 3 de Abril", PIDE/DGS, "Movimento de Libertação Nacional do Timor Português", Proc. n.º 18891-CI(2), N.T. 7826, fl. 25, IAN/TT, Lisboa.

<sup>109</sup> "Na Indonésia: semanário apreendido por propalar boatos sobre o Timor Português", *Diário de Notícias* [Lisboa], ano 108, n.º 38.117 (20 de Abril de 1972), p. 13.

<sup>110</sup> "Timor, a little-known colony" *The Irish Press* [Dublim], (8 de Novembro de 1973), p. 7; "Timor, la colonia portoghese di cui si parla poco", *Il Fiorino* [Roma], (14 de Novembro de 1973), p. 4.

<sup>111</sup> "Relatório n.º 7/71-DU, confidencial, de 31 de Julho de 1971", PIDE/DGS, "GU-Timor", SC-CI(2)/DSI-2.º, N.T. 8978, fl. 654, IAN/TT, Lisboa.

Nova Guiné Ocidental na Indonésia, com o beneplácito do Ocidente e da ONU (Saltford, 2003), e a sua política de confrontação com a Malásia. Aliás, a última atitude manteve-se em vigor até à queda de Suharto (Fernandes, 2005, pp. 131-136).

No caso da Papua Nova Guiné Ocidental, a postura da Indonésia baseava-se na reclamação que este território era uma parte integrante das ex-Índias Neerlandesas Orientais e, conseqüentemente, a continuidade sob o domínio dos Países Baixos constituía, para todos os efeitos práticos, a negação dos direitos territoriais da Indonésia. O Irião Ocidental era uma parte integrante do património cultural da Indonésia. Jacarta empenhou-se profundamente durante a sua campanha diplomática contra os holandeses para sublinhar a razão de ser das suas ambições territoriais.

Este ambiente contribuiu para que o embaixador da Indonésia em Camberra, brigadeiro-general Suadi Suromihardjo,<sup>112</sup> afirmasse à imprensa de Darwin, pouco tempo depois da fundação da URT, que o movimento era constituído por uns “aventureiros que criaram complicações semelhantes nas Celebes”. Na opinião deste diplomata caso se registasse o perigo de complicações semelhantes em Timor, elas seriam provavelmente precipitadas pelo mesmo tipo de gente, que classificou como sendo “*typical fortune hunters*”. Relativamente às emissões de radiodifusão com destino a Timor que instigavam à revolta dos timorenses contra os portugueses, Suadi acrescentou: “[w]e have no claims on Portuguese Timor and hope the friendly relations we have always had with Portugal continue”.<sup>113</sup>

Por seu turno, o ministro indonésio da Segurança Nacional e chefe do Estado-Maior do Exército da ABRI, general Abdul Haris Nasution, durante a sua visita oficial à Austrália, declarou à *Australian Broadcasting Corporation (ABC)*, no dia 23 de Abril de 1961, que o seu país não tinha nenhuma reivindicação territorial em relação aos territórios da Nova Guiné Oriental, do Bornéu Britânico

---

<sup>112</sup> Chefe de missão da Indonésia em Camberra entre 1961 e 1964 (<http://www.kbri-canberra.org.au/aboutemb/dbslst.htm>; consulta efectuada em 1 de Junho de 2005).

<sup>113</sup> “Timor ‘Rising’”, *The Northern Territory News* [Darwin, Austrália], (8 de Abril de 1961), p. 1.

e do Timor Português.<sup>114</sup> Nasution reiterou esta posição na conferência de imprensa do dia 26 de Abril, onde afirmou:

“A Indonésia não deseja integrar no seu território o Bornéu do Norte, a parte oriental da ilha de Timor e a parte oriental da Nova Guiné que nunca fizeram parte do território das Índias Orientais Neerlandesas”.<sup>115</sup>

Esta posição voltou a ser reiterada durante a sua visita oficial a Londres, em 8 de Julho de 1961.<sup>116</sup> Interpelado pela imprensa internacional sobre as intenções do governo da Indonésia em relação ao “Timor Português”, o general A.H. Nasution afirmou: “[n]unca o reclamámos e durante a visita a Lisboa, feita há cerca de dois anos, o meu Presidente declarou não ter nenhuma pretensão a este território, visto termos proclamado a independência das antigas Índias Orientais Holandesas que existiram durante 350 anos como uma unidade política”.<sup>117</sup> O comandante do Exército indonésio reconheceu, todavia, que antes da chegada dos portugueses a Timor, no século XVI, o território pertencia à Indonésia, mas o

---

<sup>114</sup> “Circular UL-1, Proc. n.º 960,46, da direcção-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros com um ‘apontamento’ sobre as ‘Declarações Indonésias em que explícita ou implicitamente se reconhece a nossa soberania sobre o Timor Português’, de autoria de Afonso de Castro Vasconcelos, da secção de Negócios Políticos Ultramarinos, de 4 de Janeiro de 1966”, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 518, IAN/TT, Lisboa.

<sup>115</sup> *Ibid.*

<sup>116</sup> O general A.H. Nasution efectuou uma visita oficial de 5 dias ao Reino Unido, entre os dias 3 e 8 de Agosto de 1961, a convite do governo britânico, na qualidade de ministro da Segurança Nacional e de chefe de Estado-Maior do Exército Indonésio. O desígnio da visita era obter armamento e equipamento de guerra britânico. Durante a sua estadia teve encontros com o primeiro-ministro, Harold Macmillan, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Lorde Home, e o ministro da Defesa, Harold Watkinson, o Estado-Maior-General do Reino Unido e altos funcionários do *Foreign Office* (“Gen. Nasution in London”, *The Times* [Londres], (5 de Julho de 1961), p. 16f).

<sup>117</sup> “Excerto da conferência de imprensa dada pelo ministro da Segurança Nacional/chefe do Estado-Maior do Exército, general A.H. Nasution, no dia 8 de Julho de 1961”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8971, fl. 297, IAN/TT, Lisboa e “Minute by M.H.N. Geoghegan, Foreign Office, on ‘Extract of a Report on a News Conference Made by Mr. Earle of Reuters’, July 13, 1961”, FO 371/159809, UKNA, Londres.

facto de não ter integrado as Índias Orientais Neerlandesas, concorreram para que o seu governo não o reivindicasse.<sup>118</sup>

Por outro lado, o cônsul da Indonésia em Díli, Tengku Usman Hussin, “garantiu”, em privado, ao chefe da subdelegação em Timor da PIDE, inspector Manuel José da Cunha: “... que enquanto, o Presidente Sukarno, estivesse no poder não permitirá, que qualquer indonésio, venha a perturbar a paz do Timor Português”.<sup>119</sup> Esta atitude também se observou publicamente. Após *A Voz de Timor*, órgão de propaganda da administração colonial portuguesa, ter publicado um veemente editorial a chamar atenção para uma eventual contradição da política externa da Indonésia em relação a Timor, no dia 12 de Março de 1961, o mesmo representante consular em Díli enviou uma carta a solicitar a sua publicação, no dia 16. Neste documento reiterou as posições públicas de Sukarno e do ministro dos Negócios Estrangeiros Subandrio sobre a questão do Timor Português e negou que o seu país estivesse interessado em expandir-se para Timor ou para a colónia britânica do Noroeste do Bornéu. Relativamente à URT reconheceu que:

“Existem, na verdade, certos elementos que se lançaram em actividade destrutiva, para incitar a Indonésia a empenhar-se numa via de alargamento territorial e de engrandecimento, rompendo e minando a amizade que felizmente existe entre ambos os países e povos, e se em Jacarta, actua um ‘Comité para a Libertação da República de Timor’, os responsáveis e defensores do comité agem sob o seu próprio risco e sob a sua inteira responsabilidade. O Governo e o povo indonésios continuarão sempre a encorajar as mais estreitas relações com o Governo e o povo de Timor Português vizinho, e, já anteriormente, em diversas ocasiões, ambos os países e povos manifestaram, neste sentido, a sua boa vontade”.<sup>120</sup>

---

<sup>118</sup> *Ibid.*

<sup>119</sup> “Relatório n.º 65/61, confidencial, do chefe da subdelegação de Timor da PIDE, inspector Manuel José da Cunha, para o director da PIDE, tenente-coronel Homero de Oliveira Matos, de 20 de Maio de 1961”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8971, fl. 801, IAN/TT, Lisboa.

<sup>120</sup> “A declaração do cônsul da Indonésia”, *Notícias de Macau*, ano 14, n.º 4.028 (30 de Março de 1961), p. 6.

Para reforçar esta orientação, Hurustiati Subandrio declarou no discurso que proferiu no dia 9 de Outubro de 1961, no decorrer da 16.ª sessão plenária da Assembleia Geral da ONU, que a Indonésia não tinha quaisquer reivindicações sobre o Timor Português, apesar de ter sugerido o uso de força pelo seu país para resolver a questão da Papua Nova Guiné Ocidental.<sup>121</sup>

No confronto com a Malásia, o regime de Sukarno enfatizou que não tinha desígnios territoriais irredentistas, apesar de oficialmente apoiar a luta de libertação dos povos. O primeiro vice-primeiro-ministro e chefe de Estado-Maior-General das ABRI, Abdul Haris Nasution, argumentou que o seu país apoiaria sempre as lutas populares de libertação contra a opressão. No discurso que proferiu perante autoridades militares e civis em Purwokerto, Java Central, declarou, em 21 de Janeiro de 1963:

*“Around us, there are still oppressed peoples, even worse than oppressed peoples: enslaved peoples; among them in Timor (Portugal) and Kalimantan Utara (British Borneo territories), etc.. Every struggle of these oppressed peoples to free themselves from oppression will always find our support. [...] We support their struggles, but we do not claim their territories”.*<sup>122</sup>

Com receio de pôr em causa as prioridades fundamentais da sua agenda de política externa, o governo da Indonésia manteve uma atitude de grande ambivalência em relação ao Timor Português. Esta realidade reflectiu-se a dois níveis. Primeiro, quando a URT solicitou a intervenção armada do regime de Sukarno no território, posição maximalista. Segundo, quando reivindicou a concessão de apoios indonésios à sua causa comparáveis com os do Bornéu, atitude minimalista.

---

<sup>121</sup> “Circular UL-1 da direcção-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros com um ‘apontamento’ sobre as ‘Declarações Indonésias em que explícita ou implicitamente se reconhece a nossa soberania sobre o Timor Português’, de autoria de Afonso de Castro Vasconcelos, da secção dos Negócios Políticos Ultramarinos, de 4 de Janeiro de 1966”, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 518, IAN/TT, Lisboa.

<sup>122</sup> “Nasution Speaks”, *The Manila Times* [Filipinas], (23 de Janeiro de 1963), p. 16-A, col. 1; “Nasution on Oppression Around Indonesia”, *Antara News Bulletin – Home News* (22 de Janeiro de 1963), p. 5.

A primeira postura observou-se aquando da visita de Silvestre Martins Nai Buti Seço e de uma comitiva da URT a Jacarta, em Junho de 1963, para exortar o presidente Sukarno a tomar pela força o Timor Português. O último respondeu, porém, negativamente ao pedido afirmando que esta matéria não constituía uma prioridade para a política externa do seu regime. Surpreendidos com a resposta, o governador das *Sulawesi Selatan* [Molucas do Sul], A.A. Rifai, que acompanhava a delegação dos islamitas timorenses, defendeu que ele e Silvestre Martins Nai Buti Seço aspiravam apoderar-se militarmente do Timor Português. Só não tomavam unilateralmente a iniciativa por recearem a atitude da Austrália.<sup>123</sup>

O apoio prestado a URT era, aparentemente, muito incipiente. Esta situação contribuiu para que o brigadeiro-general Mohammed Abbay Ridway Maly, “ministro-adjunto da Administração Interna e dos Assuntos dos Estados-Membros” da URT, solicitasse o auxílio e o reconhecimento do governo da Indonésia do seu movimento e afirmasse que o seu “governo” gostaria de receber o mesmo apoio que a Indonésia facultava ao movimento rebelde da colónia britânica do Noro-este do Bornéu,<sup>124</sup> no dia 14 de Setembro de 1963, durante a visita a Bandung.<sup>125</sup> Para instigar o apoio incondicional da Indonésia, Maly declarou que desde a queda de Goa as autoridades coloniais portuguesas tinham reforçado a sua posição militar em Timor, com mais um batalhão, e a sua política de

---

<sup>123</sup> “Relatório da fronteira n.º 20/63, confidencial do posto administrativo de Balibó, de Mário de Jesus Pires”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8972, fl. 248, IAN/TT, Lisboa.

<sup>124</sup> Para persuadir os círculos mais moderados do regime de Sukarno a concederem apoio à URT, a agência noticiosa indonésia *Antara* divulgou um despacho, proveniente de Ambon, no dia 13 de Setembro de 1963, no qual denunciava o incremento da vigilância fronteiriça por parte das autoridades portuguesas, as detenções arbitrárias e as “crueldades” portuguesas que teriam obrigado timorenses a refugiarem-se no Timor indonésio (“Portuguese Timor Tightens Border”, *Indonesian Observer* [Jacarta], (13 de Setembro de 1963), p. 1.

<sup>125</sup> “Anexo A – Relatório Periódico de Contra-Inteligência n.º 9/63, do PERINTREP n.º 9/63, confidencial, (referente ao período de 01 a 31 de Setembro de 1963)”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8972, fls. 200-201, IAN/TT, Lisboa; “Timor rebels seeking help”, *The Courier-Mail* [Brisbane], (16 de Setembro de 1963), p. 1; “Rebels in Timor ask Indo. Aid”, *The Daily Telegraph* [Sydney], (16 de Setembro de 1963), p. 1; “Seeks Recognition: Portuguese Timor Rebel Asks Indonesian Help”, *The Japan Times* [Tóquio], (16 de Setembro de 1961), p. 1.

repressão sobre os que reivindicavam a independência do território era mais intensa do que a dos colonialistas holandeses e britânicos. Neste sentido afirmou que já existiam muitas vítimas entre os prisioneiros, entre os quais destacou o “chefe de Estado-Maior do Conselho Militar” da URT, major-general Abubakar Ilemandiry.<sup>126</sup>

A entrevista de Maly suscitou uma reacção da *ABRI* no mesmo dia. O porta-voz do Estado-Maior-General das Forças Armadas da Indonésia, capitão Jusuf Sirath, declarou que desconhecia por completo qualquer informação acerca da constituição da URT. Interpelado pela imprensa qual era a sua opinião acerca da revolta defendeu que era necessário proceder, em primeiro lugar, a uma investigação para apurar os factos. Por outro lado, alegou desconhecimento das declarações proferidas por Maly em Bandung.<sup>127</sup> A reacção da *ABRI* constituiu, na opinião do encarregado de negócios, interino, de Portugal em Jacarta, José Eduardo de Melo Gouveia, um sintoma “que as autoridades governamentais deste país não julgam oportuno que o problema de Timor seja agitado no presente conjuntura”.<sup>128</sup>

Os decisores políticos da Indonésia podiam manter uma atitude de grande ambiguidade em relação à URT porque existia uma percepção generalizada que Timor-Dili passaria a integrar naturalmente a Indonésia, aquando do desmoronamento do império português. Um diplomata para os assuntos políticos da embaixada de Itália em Jacarta confessou ao cônsul de Portugal na cidade, António d’Oliveira Pinto da França, que durante a visita a Koepang do embaixador de Itália, o governador da *NTT*, Brigjen J. Lala Mentik,<sup>129</sup> declarou-lhe que a “integração” do *Timor Portugis*: “é tarefa que não requer esforço, mas apenas a paciência para

---

<sup>126</sup> “Timor Portugis Mulai Bergolak: Pem. Portugis Lebih Kedjam Dari Kolonialis Belanda Dan Inggris”, *Merdeka* [Jacarta], (16 de Setembro de 1963), pp. 1 e 2.

<sup>127</sup> “S A B Tidak Tahu Menahu”, *Merdeka* [Jacarta], (17 de Setembro de 1963), p. 1.

<sup>128</sup> “Ofício n.º 125, de 18 de Setembro de 1963” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>129</sup> Governador de *Nusa Tenggara Timur* [Timor Indonésio] entre 1960 e 1965 (<http://www.tokohindonesia.com/pejabat/pemda/ntt/index.shtml>; consulta efectuada em 1 de Junho de 2005).

esperar que, como fruto maduro, caía em nossas mãos na hora da liquidação do império colonial português, talvez por decisão do próprio Portugal”.<sup>130</sup>

Apesar das declarações de destacados responsáveis políticos da Indonésia, o segundo canal da estação de televisão alemã ocidental, a *Zweites Deutsches Fernsehen (ZDF)*, interpretou a formação do I “governo” da URT como uma tentativa do governo da Indonésia para criar um “Estado-sombra” [*Schattenstaat*] nas regiões fronteiriças entre o NTT e Timor-Leste e o enclave de Oecusse-Ambeno. Adiantava, ainda, que o governo indonésio tinha disponibilizado o seu corpo diplomático ao serviço do governo da URT, que os governos da região foram informados acerca da URT e que a Indonésia tencionava romper relações diplomáticas com Portugal. Por outro lado, acrescentava que a Indonésia ia tentar obter o reconhecimento da URT pela ONU e, posteriormente, integrá-la na própria Indonésia.<sup>131</sup>

A reportagem alemã ocidental não foi, contudo, corroborada pela evolução da conjuntura. A atitude vacilante da Indonésia em relação ao movimento manteve-se, também, em parte, devido aos condicionalismos políticos que surgiram com o estabelecimento do eixo Jacarta-Pequim. O regime de Mao Zedong estava interessado em refrear qualquer hipotético movimento da Indonésia contra Timor, por constituir uma acção que lhes criaria uma situação político-propagandística internacional embaraçosa relativamente a Macau. Pois, se a Índia tinha expulso Portugal de Goa, política encetada em 1954<sup>132</sup> e concluída em Dezembro de 1961,<sup>133</sup> o pequeno Estado francófono do Benim tinha compe-

---

<sup>130</sup> “Ofício n.º 37 do consulado de Portugal em Jacarta, de 20 de Abril de 1965, p. 1” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Dili’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>131</sup> “Despacho sobre a ‘Bildung einer ‘Vereinigten Republik Von Timor’ durch die Indonesische Regierung” [‘Criação de uma ‘República Reunida de Timor’ pelo Governo Indonésio’], proveniente da ZDF, do princípio de Novembro de 1963”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Dili”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fls. 111-114, IAN/TT, Lisboa.

<sup>132</sup> O exíguo enclave de Dadrá caiu na noite de 21 para 22 de Julho de 1954 (Fernandes, 2000, p. 125; Gaitonde, 1987, pp. 81-82; India, 1974, p. 33), enquanto Nagar-Aveli, entre 29 de Julho e 2 de Agosto do mesmo ano (Fernandes, 2000, p. 126; Gaitonde, 1987, p. 82; India, 1974, p. 33).

<sup>133</sup> Após as Forças Armadas da União Indiana terem posto em execução a operação *Vijay* na tarde do dia 17 de Dezembro, os enclaves de Goa, Damão e Diu caíram dois dias depois (Fernandes, 2000, p. 176; Gaitonde, 1981, pp. 157-169; India, 1974, pp. 40-144; Azeredo, 2003, pp. 88-92).

lido a administração portuguesa a abandonar o Forte de São João Baptista de Ájuda, em 31 de Agosto de 1961 (Fernandes, 2001, pp. 48-56) e a Indonésia eventualmente pusesse fim à presença portuguesa em Timor, porque razão é que a China Continental não procedia de forma idêntica em relação a Macau?<sup>134</sup>

A aquiescência de Sukarno às pressões políticas de Pequim valeu-lhe, todavia, duros ataques político-propagandísticos por parte da Malásia. Os órgãos de propaganda do último país destacavam constantemente as diferenças nas atitudes de Sukarno para com a Malásia e Timor. Por exemplo, a estação oficial de radiodifusão *A Voz da Malásia* chamou à atenção dos seus ouvintes que:

“Sukarno sabe muito bem que Timor é conhecido como colónia portuguesa na Ásia e mal fala dele, no entanto, Sabah e Sarawak são independentes e ele não se cansa de falar em libertá-los. Sukarno e os seus apaniguados são tão libertadores, porque não libertam a ilha de Timor? Tem um elefante na sua frente, mesmo ao pé dele e não o conhece, mas conhece uma formiga bem ao longe. [...] Sukarno olhando assim para os portugueses é o mesmo que ter ligações com o colonialismo. Se ele e os seus apaniguados não libertam o povo de Timor Português ao lado do seu Timor, porquê gritar tanto acerca de Sabah e Sarawak que estão independentes? É assim que é um revolucionário libertador?”<sup>135</sup>

A posição oscilante da Indonésia em relação à URT, só se alterou publicamente após o discurso proferido pelo presidente Ahmed Sukarno, em 17 de Agosto de 1965. Por ocasião do 20.º aniversário da independência da Indonésia, o chefe de Estado afirmou que o seu país continuaria “a apoiar activamente a luta

---

<sup>134</sup> Para as contradições entre a teoria e a prática da política da China Continental em relação a Macau *vide* Fernandes, 1999, pp. 989-1002.

<sup>135</sup> “Emissão da estação de radiodifusão *A Voz da Malásia*, de 23 de Outubro de 1964’ in ‘PERINTREP n.º 10/64, confidencial, (referente ao período de 01 a 31 de Outubro de 1964)’, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8973, fl. 721, IAN/TT, Lisboa.

pela independência dos povos de Angola, Moçambique, Guiné, Timor Português, lémen, Omã, Djibuti, Namíbia, Botswana e Suazilândia”.<sup>136</sup>

Embora a referência a Timor fosse ligeira, tinha a gravidade de ser a primeira vez que o governo da Indonésia afirmava publicamente existir uma “luta pela independência do povo de Timor Português”. Esta referência poderia ter visado simplesmente silenciar os sectores políticos internos e externos que criticavam o regime de Sukarno por consentir a presença de Portugal em Timor-Díli, não significando, contudo, uma mudança de atitude por parte do governo da Indonésia em relação a Portugal. O resto do discurso de Sukarno foi inesperadamente moderado, não contendo alusões, como esperava a administração do presidente americano Lyndon B. Johnson, à hipótese do corte de relações diplomáticas com os Estados Unidos da América, nem ataques ao Reino Unido, pelo menos tão contundentes como costumavam ser no passado. A moderação de Sukarno estava relacionada com a recente secessão da Singapura da Federação Malaia e com a esperança depositada que esta situação viesse a colocar o governo do Reino Unido numa atitude que conduzisse a negociações.

O discurso de Sukarno foi saudado pelos órgãos dirigentes da URT, alegadamente reunidos clandestinamente em Díli, entre os dias 1 e 7 de Setembro de 1965. No comunicado divulgado à imprensa notava-se uma clara convergência de posições entre o movimento e Sukarno.<sup>137</sup>

Não obstante a nova atitude pública do dirigente supremo da Indonésia, como acontece múltiplas vezes na vida política a “declaração” era uma mera intenção, pois a orientação e a prática da Indonésia permaneceu dentro dos

---

<sup>136</sup> “Anexo A – Relatório de Contra-Informação n.º 10/65, do PERINTREP n.º 10/65, confidencial, (referente ao período de 01 a 31 de Outubro de 1965)”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8973, fl. 135, IAN/TT, Lisboa.

<sup>137</sup> “Comunicado do ‘Ministry of Foreign Affairs [of the] Union Republic of Timor’ [Kementarian Luar Negeri, Uni Republic Timor], assinado pelo ministro dos Negócios Estrangeiros e vice-chefe do Estado-Maior-General do Conselho Militar da URT, brigadeiro-general Mohammed Abbay Redway Maly, de 8 de Setembro de 1965”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fls. 76-77, IAN/TT, Lisboa.

mesmos trâmites. Aliás, esta atitude foi reforçada pelo contra golpe de Estado de 1 de Outubro de 1965, orientado por Mohammed Suharto e A.H. Nasution. A nova conjuntura proporcionou o regresso ao *status quo ante* na questão do Timor Português (Fernandes, 2001, p. 36).

Esta atitude irritou a direcção da URT. Reflectindo, em parte, este agravamento, a URT divulgou um comunicado especial, em malaio, em 18 Novembro de 1965, que reflectia uma posição de desconfiança e amargura em relação à Indonésia e em que voltava a reiterar que Timor era uma “nação” que “pertencia ao grupo Malaio/Melanésia” e lamentava “que nunca recebemos auxílios doutros países”.<sup>138</sup> Adiantava ainda:

“... que genuinamente odiamos TODAS AS FORMAS DE COLONIALISMO, seja o colonialismo pela raça portuguesa, seja por outras raças europeias ou até pelos mongólios ou pelo NOSSO PAÍS VIZINHO que também é um de nós sendo malaio; além disso há o divino direito para nós de opor e faze-los fugir, NÃO IMPORTA SE O SOLO FIQUE COBERTO COM O SEU SANGUE, quando se trata de cumprir as Ordens de Alá[,] o Primoroso[,] em restabelecer a honra de Timor em especial e dos malaios em geral, no mundo internacional”.<sup>139</sup>

A desilusão do movimento com o regime de Sukarno era tão profundo, que pela primeira vez, referiu-se publicamente ao manifesto da oposição portuguesa a exortar Salazar a conceder a independência às colónias portuguesas nas

---

<sup>138</sup> “which never received assistance from other countries”. “Special Statement of the Central Presidium of the Union Republic of Timor”, assinado por T.E. Maly Bere, segundo-primeiro-ministro-adjunto do 2.º governo da URT, de 18 de Novembro de 1965”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Dili”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fl. 61, IAN/TT, Lisboa.

<sup>139</sup> [W]e genuinely hate ALL FORMS OF COLONIALISM, w[h]ether that colonialism is by the Portuguese race, or by any other European races, or even by the Mongols, or by OUR NEIGHBOUR COUNTRY WHICH IS ALSO ONE OF US BEING MALAY; what more there is a divine right for us to oppose and chase out, NO MATTER IF THE GROUND FLOWS WITH BLOOD IF IT'S TO FULFILL ORDERS OF ALLAH THE EXCELLENT IN REESTABLISHING THE HONOUR OF TIMOR ESPECIALY, AND THE MALAY GENERALLY, IN THE INTERNATIONAL WORLD”. *Ibid.*

eleições de 1965 e chegou a propor 4 condições para contemplar um desfecho pacífico.<sup>140</sup>

O derrotado regime de Sukarno tentou esquivar-se do assunto. Esta missão coube ao seu 1.º vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, Hurustiati Subandrio. Este limitou-se a defender a posição contrária ao do seu presidente, três meses e meio mais tarde. No dia 7 de Dezembro de 1965, durante uma entrevista acerca das relações entre Jacarta e Camberra, o jornalista australiano Frank Palmos mostrou o comunicado da URT acerca das suas actividades políticas. Subandrio respondeu que estava a ler o:

“documento pela primeira vez [e que] não fora abordado por nenhum grupo revolucionário pedindo assistência. Timor é certamente uma colónia, por isso discordamos em princípio [do] seu estatuto, mas é [um] problema diferente [da] Malásia e de momento quanto menos se falar melhor. [...] Tal problema não tem [a] urgência [da] Malásia sendo muito provável [que] venha [a] ser levantado [no] futuro próximo e nós acreditamos [que] se resolverá por si próprio com o tempo”.<sup>141</sup>

A atitude contemporizadora de Subandrio estava relacionada com a queda em desgraça política de Sukarno após o contra golpe de Estado de 1 de Outubro de 1965 e a sua própria sobrevivência política, pois acabou por ser detido no dia 18 e Março de 1966 (<http://pilger.carlton.com/timor/chronology>; consulta efectuada em 1 de Junho de 2005) e exonerado das suas funções dez dias depois ([http://www.indonesianembassy.org.uk /indonesia\\_cabinet\\_1945-2001.html](http://www.indonesianembassy.org.uk /indonesia_cabinet_1945-2001.html); consulta efectuada em 1 de Junho de 2005).

Esta nova conjuntura política interna facilitou o regresso ao *status quo ante* em relação a Timor por parte do novo regime javanês. As mudanças sentiram-se em duas áreas bem distintas: na militar e na diplomática. Logo após a mudança

---

<sup>140</sup> *Ibid.*

<sup>141</sup> “Telegrama n.º 7 do consulado de Portugal em Jacarta, de 10 de Fevereiro de 1966” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

dos principais responsáveis militares em Jacarta foi instruído um processo disciplinar pelo *Komando Operasi Tentara Indonesia – KOTI* (Comando Operacional do Exército da Indonésia) contra o tenente Letman Slamet, oficial de ligação com a URT em NTT, por ter abusado da sua autoridade ao exigir “ao comandante dos *Tentaras* de Atambua algumas armas para distribuir a Nai Buti e seus homens”.<sup>142</sup> Por outro lado, procederam à apreensão das armas.<sup>143</sup>

A atitude no ministério indonésio dos Negócios Estrangeiros foi também no mesmo sentido. Solicitado a pronunciar-se sobre a URT, o director-geral dos Negócios Políticos do *Departemen Luar Negeri*, embaixador Anwar Sani, informou o encarregado de negócios, interino, da Nova Zelândia em Jacarta, Paul Edmonds, de que nunca ouvira falar do grupo e que o governo indonésio não estava interessado no movimento. Sani adiantou que a morada mencionada no ofício dirigido pela delegação da URT em Jacarta à embaixada da Nova Zelândia indicava que o grupo estava situado em simples barracas e se encontrava em “situação muito desamparada”.<sup>144</sup>

Esta informação foi confirmada pelo general Subroto Kusmardjo,<sup>145</sup> presidente da Junta de Turismo da Indonésia. O último declarou que os dirigentes da URT “eram de nacionalidade indonésia, não pertencendo à população do Timor português”.<sup>146</sup> Reconheceu, ainda, que a URT ambicionava a independência total

---

<sup>142</sup> “PERINTREP n.º 12/65, referente ao período de 1 a 31 de Dezembro de 1965”, PIDE/DGS, “GU-Timor”, SC-CI(2)/DSI-2.ª, N.T. 8973, fl. 62, IAN/TT, Lisboa.

<sup>143</sup> *Ibid.*

<sup>144</sup> “Ofício PAA 22 do director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério português dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, para o director da PIDE, major Fernando da Silva Pais, de 13 de Janeiro de 1967”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fl. 39, IAN/TT, Lisboa.

<sup>145</sup> Este general indonésio mostrou-se receptivo à “iniciativa de triangulação turística, Austrália, Timor (português e indonésio) e Bali”, em Janeiro/Fevereiro de 1967 (“Carta de Jilianus S. Mustafa para Ken Davidson, de 22 de Fevereiro 1967”, PAA M. 806, AHDMNE, Lisboa.

<sup>146</sup> “Ofício PAA 251 do director-geral, interino, do Negócios Políticos do ministério português dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, para o director da PIDE/DGS, major Fernando da Silva Pais, de 28 de Maio de 1968”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fl. 34, AN/TT, Lisboa.

de Timor. Adiantou, porém, “que o seu governo não tem ambições territoriais, nem alimenta qualquer interesse em alterar a actual situação política da ilha de Timor”.<sup>147</sup>

A declaração deste alto funcionário indonésio foi confirmada pelo chefe da subdelegação de Timor da PIDE. Segundo o inspector João Lourenço a alegada sede da URT em Batugadé era inexistente. Na opinião deste, não existia “uma única casa de pedra e cal e onde conhecemos todos os elementos ali residentes, com a certeza de que entre eles não existem adeptos de tal ‘movimento’. Como já tem sido referenciado mais vezes por esta Subdelegação, acreditamos que os componentes do grupo que se atribui a representação de tal ‘República’ sejam na sua totalidade de nacionalidade indonésia e que alguns residam em Atambua, cidade relativamente próxima da nossa povoação fronteiriça da Batugadé, não havendo conhecimento de que, nos últimos tempos, se tenham manifestado por qualquer meio ou processo”.<sup>148</sup>

Entretanto, a administração portuguesa de Timor regozijou-se com a nova atitude do regime de Suharto através de um artigo de fundo no qual teceu rasgados elogios ao novo dirigente javanês. Intitulado “O Presidente Suharto e a Indonésia”, este semanário oficioso congratulou o novo chefe de Estado por ter devolvido as propriedades de borracha confiscadas por Sukarno às companhias belgas, suíças, francesas e inglesas, na Samatra e em Java Ocidental, como contrapartida pela concessão de financiamentos e de conhecimentos técnicos ao governo da Indonésia. Na opinião deste semanário, esta atitude iria colocar o novo regime em excelentes condições para contrair empréstimos nos mercados financeiros internacionais. Por outro lado, felicitou Suharto por ter ajudado a fundar a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANSA) e pela eventual concessão de bases militares aos EUA. Embora reconhecesse que a nova orientação “levará ainda o seu tempo a ser posto em prática, mas a verdade é que o

---

<sup>147</sup> *Ibid.*, fl. 35.

<sup>148</sup> “Ofício n.º 238/68-CI(2), confidencial, do chefe da subdelegação da PIDE em Díli, inspector João Lourenço, para o director da PIDE, major Fernando da Silva Pais, de 15 de Junho de 1968”, PIDE/DGS, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fl. 32, IAN/TT, Lisboa.

Presidente Suharto está com mão firme e larga visão a colocar a pátria na rota certa".<sup>149</sup>

A premente necessidade do regime de Suharto em se consolidar no poder e em estreitar relações políticas com as principais potências ocidentais contribuiu decisivamente para que o novo regime de Suharto tivesse uma atitude de cooperação para com Portugal e para que a URT fosse ostracizada. Esta realidade foi constatada pelo jornalista Hugh Mabbett, em finais do ano de 1970. Quando passou por Jacarta apurou que *"the only visible evidence in Djakarta of Indonesian interest in Portuguese Timor is a tiny slum building purporting to be the headquarters of the Central Presidium of the Union Republic of Timor, president A. Mao Klao"*.<sup>150</sup>

Com o intuito de obter o apoio da ONU, a presidência central da URT enviou um ofício ao secretário-geral da ONU, U Thant, a protestar contra a ocupação portuguesa de Timor, defendendo que os timorenses eram *"badly treated"* e a apelar à sua autodeterminação *"as soon as possible"*.<sup>151</sup> Neste sentido, solicitou que o ofício em apreço fosse enviado à Comissão dos Direitos Humanos da organização.<sup>152</sup> A Indonésia ficou tão descontente com esta atitude, que na sequência do envio de uma petição à ONU a protestar contra a ocupação de Timor por Portugal, em Março de 1971, o presidente Suharto deu instruções para se proceder ao encerramento da sede da URT em Jacarta, no mesmo mês.<sup>153</sup>

---

<sup>149</sup> "O Presidente Suharto e a Indonésia", *A Voz de Timor*, ano 8, n.º 419 (19 de Maio de 1968), p. 2.

<sup>150</sup> Hugh Mabbett, "Portuguese Timor: The Uneasy SE Asian Outpost" *Mainichi Daily News* [Tóquio], (4 de Janeiro de 1971), p. 5.

<sup>151</sup> "Ofício n.º 0427/SK/Prespu-URT/XII/1969, de 28 de Dezembro de 1969" in "União Rep. Timor", Fundo MU/GM/GNP/L-08-01, A. 15, G. 2, 88, AHDMNE, Lisboa.

<sup>152</sup> "Ofício n.º 1881, secreto, do director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, Ângelo dos Santos Ferreira, para o governador de Timor, coronel graduado Fernando Alves Aldeia, de 30 Março de 1971", Fundo MU/GM/GNP/L-08-01, A. 15, G. 2, 88, AHDMNE, Lisboa.

<sup>153</sup> "Perintrep n.º 4/72, confidencial, de 01 a 30 de Abril de 1972, do comandante-chefe das Forças Armadas de Timor, coronel graduado Fernando Alves Aldeia, de 4 de Maio de 1972, p. 3" in "Timor: Relatórios da Comissão de Coordenação de Defesa Civil, 1970-1971", PAA M. 806, AHDMNE, Lisboa.

Finalmente, os dirigentes da Indonésia receavam que a URT não só defendia a “independência total” de Timor Oriental, como, também, a unificação política de toda a ilha de Timor e a sua completa independência política de Jacarta. Para além da “Constituição” da URT defender uma completa independência de Timor-Díli em relação Jacarta, desde a sua “aprovação em 4 de Abril de 1965 (anexo V), como verificámos anteriormente, o secretário do presidente da URT, Beak Xuf, informou o secretário da legação da Nova Zelândia em Jacarta, em Maio/Junho de 1965, que “Timor pretendia [uma] independência absoluta[,] recusando qualquer forma [de] associação com [a] Indonésia”.<sup>154</sup> Por seu turno, o general Subroto Kusmardjo, presidente da Junta de Turismo da Indonésia, confidenciou, em Março/Abril de 1968, “que as autoridades indonésias tinham conhecimento de que o referido grupo[, a URT,] chegara mesmo a ambicionar a independência para a totalidade da Ilha”.<sup>155</sup>

Sétimo, a incapacidade para estabelecer um relacionamento com a elite crioula timorense. O êxito dos movimentos de libertação também passa pela obtenção de um entendimento ou de eventuais apoios, implícitos ou explícitos, da elite crioula. Acontece, que no caso da URT tal fenómeno nunca se observou. Após a *Agence France-Presse* ter divulgado um despacho, no dia 14 de Abril de 1963, e as edições do *South China Morning Post*, do dia seguinte, e do *Confidential Report*, de 25 de Abril de 1963, terem publicado notícias sobre a formação do “governo” da URT, F. Pinto, destacado funcionário do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, foi de opinião que a notícia tivesse sido instigada por “certos mestiços desejosos de prestígio”. Baseou a sua conjectura em dois factores. Primeiro, A. Mao Klao seria sino-malaio, de acordo com informa-

---

<sup>154</sup> “Aerograma n.º A-10 do cônsul de Portugal em Jacarta, António d’Oliveira Pinto da França, de 9 de Junho de 1965, p. 1” in “Relações Políticas de Portugal com a Indonésia: atitude da Indonésia perante o movimento ‘União da República de Timor’, 1965-1970”, PAA M. 1163, AHDMNE, Lisboa.

<sup>155</sup> “Ofício PAA 193 do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, para o secretário-adjunto da Defesa Nacional, general Manuel Gomes de Araújo, de 28 de Maio de 1968” in “Relações Políticas de Portugal com a Indonésia: atitude da Indonésia perante o movimento ‘União da República de Timor’, 1965-1970”, PAA M. 1163, AHDMNE, Lisboa.

ção avançada por Alexandrino da Silva, da mesma repartição. Segundo, a interferência do alegado sino-malaio Pedro José Lobo, presidente do Leal Senado de Macau, na libertação do seu consogro Francisco Maria Xavier de Jesus Araújo,<sup>156</sup> referenciada no *Confidential Report*, levou F. Pinto a suspeitar que os seus “interesses financeiros”, “os grupos em que ele se apoia” e a sua “enorme ambição, parece-me que haverá interesse em, com a maior discrição que o problema envolve, procurar seguir este fio, para saber da proveniência da notícia da *France-Press* e dos possíveis interesses que ele, porventura escondam”.<sup>157</sup>

Na sequência desta informação foram solicitadas informações aos governadores de Timor e Macau e ao director da PIDE sobre Pedro José Lobo pelo director dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, no dia 28 de Junho.<sup>158</sup> Embora alegasse que “[a] origem e os meios utilizados para conseguir a sua fortuna, são bastante duvidosos, especialmente durante o período crítico da segunda guerra mundial e os anos que a procederam”, o comandante da PSP de Macau, tenente-coronel Carlos Armando da Mota Cerveira, informou o director da PIDE, major Fernando Silva Pais, que “[n]ada consta sobre quaisquer ligações políticas do Sr. Dr. Pedro José Lobo com Timor [...] Desconhece-se qualquer possível interferência que aquele senhor possa ter tido nas notícias emanadas através da ‘*Agence France-Press*’ ou publicadas no jornal *South China Morning*

---

<sup>156</sup> Residente em Macau desde 18 de Dezembro de 1960, após uma diligência efectuada por Pedro José de Lobo junto do presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, em 4 de Maio de 1960, a protestar a sua inocência (“Carta de Pedro José Lobo para o secretário de Salazar, de 14 de Junho de 1960”, AOS/CP-156, Pt. 2, fl. 241, IAN/TT, Lisboa). Convém recordar que Francisco Araújo, vogal do Conselho de Governo de Timor e amigo e consogro de Pedro José Lobo, foi detido por alegado envolvimento na rebelião de 1959, no final de uma sessão deste órgão, em Outubro do mesmo ano (Barata, 1998, p. 71).

<sup>157</sup> “Informação inserta de F. Pinto, de 7 de Junho de 1963 no ofício n.º UL 1360, confidencial, do primeiro-secretário de legação Duarte Nuno de Lima Barroso, da secção dos Negócios Políticos Ultramarinos da direcção-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, para o director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, de 9 de Maio de 1963” in “União Repúb. Timor”, Fundo MU/GM/GNP/L-08-01, A. 15, G. 2, M. 88, AHDMNE, Lisboa.

<sup>158</sup> Ofícios n.º 4064, 4065 e 4066, muito secretos, para o director da PIDE, governador de Timor e governador de Macau, respectivamente (“União Repúb. Timor”, Fundo MU/GM/GNP/L-08-01, A. 15, G. 2, M. 88, AHDMNE, Lisboa).

*Post, de Hong Kong*".<sup>159</sup> Por seu turno, o governador de Timor, tenente-coronel José Alberty Correia, informou o ministro do Ultramar, comandante António Augusto Peixoto Correia, que Pedro José Lobo já não tinha "parentes directos" na colónia, que possuía uma empresa de exploração agrícola que não dava grandes lucros devido à ausência de avultados investimentos, ser "concessionário de vários aforamentos", tendo-lhe, contudo, sido retirado "um terreno por o não ter convenientemente plantado" e que desconhecia se ele tinha contactos com agências noticiosas estrangeiras.<sup>160</sup>

Como a PIDE se limitou a coligir as informações fornecidas pelos governadores de Macau e Timor não avançou com nenhum dado novo sobre o eventual fornecimento de informações por parte de Pedro José Lobo aos órgãos da comunicação social internacional sobre a URT e acerca do eventual conluio entre o último e A. Mao Klao. Confrontado com a ausência de provas, F. Pinto recomendou o encerramento do "assunto Dr. Pedro José Lobo".<sup>161</sup> Em suma, a documentação consultada existente nos arquivos portugueses sugere que não existia nenhum apoio por parte da elite crioula timorense à URT.

Oitavo, a dissimulada incapacidade para estabelecer contactos e alianças com os movimentos de libertação da África lusófona e organizações internacionais que fomentavam a "revolução mundial" (Bell, 1981, p. 155) e para angariar apoios externos contribuíram decisivamente para o insucesso da URT. Tanto a nível político, diplomático, militar e financeiro, quer ao nível de países árabes e islâmicos, assim como malaios, de quem se afirmava próximo, quer de outros

---

<sup>159</sup> "Ofício n.º 185/Inf., secreto, do comandante da PSP de Macau, tenente-coronel Carlos Armando da Mota Cerveira, para o director da PIDE, major Fernando Silva Pais, de 20 de Julho de 1963", PIDE/DGS, Proc. SR/2339/60, N.T. 3029, fl. 15, IAN/TT, Lisboa.

<sup>160</sup> "Ofício n.º 93, secreto, do governador José Alberty Correia para o ministro do Ultramar, de 27 de Agosto de 1963, pp. 1 e 2" in "União Repúb. Timor", Fundo MU/GM/GNP/L-08-01, A. 15, G. 2, M. 88, AHDMNE, Lisboa.

<sup>161</sup> "Informação inserta de F. Pinto, de 4 de Novembro de 1963, no ofício n.º 921-GU, muito secreto, do gabinete do director da PIDE para o director do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, de 3 de Setembro de 1963, p. 1" in "União Repúb. Timor", Fundo MU/GM/GNP/L-08-01, A. 15, G. 2, M. 88, AHDMNE, Lisboa.

países e regiões, a URT demonstrou uma clara incapacidade para concretizar o seu programa político.

Múltiplos exemplos ajudam a ilustrar esta situação. Em Julho de 1963, a URT enviou vários documentos às embaixadas do Irão, Turquia, Síria, Arábia Saudita, Afeganistão e Iraque. Apesar da proximidade político-religiosa, a embaixada da Síria forneceu fotocópias de quatro documentos da URT ao encarregado de negócios, interino, de Portugal em Jacarta,<sup>162</sup> enquanto os diplomatas da Turquia e do Afeganistão consideraram os “documentos sem interesse”.<sup>163</sup>

Dificuldades mais ou menos parecidas voltaram a registar-se quando a URT manifestou interesse em participar nos trabalhos de organizações de solidariedade política do Terceiro Mundo. No dia 1 de Janeiro de 1965, os 4 órgãos dirigentes da URT (“Comissão de Libertação”, “Presidium Central”, “Governo” e “Conselho Militar”) expressaram publicamente apoio à realização da II Conferência Afro-Asiática, prevista para ter lugar em Argel, em Novembro. Contudo, aproveitou para reiterar o direito de todas as nações malaias a participarem na conferência, incluindo a Malásia, a grande rival da Indonésia na região. Na opinião do cônsul de Portugal em Jacarta, a posição dos dirigentes da URT era “assaz ‘perigosa’ para quem está asilado neste país”.<sup>164</sup> Para além desta postura, a URT inclinou-se a favor da posição soviética no âmbito da conferência, contrariando o eixo Jacarta-Pequim. Esta atitude poderia precipitar “o desagrado indonésio por afectar a China comunista”.<sup>165</sup> Por outro lado, reafirmou que a URT tinha todo o direito de participar na conferência, exortando, por esta razão, Ben Bella, em particular, e o governo argelino, em geral, a não hesitar nos convites a

---

<sup>162</sup> “Telegrama n.º 30, cifrado, recebido da legação de Portugal em Jacarta, de 22 de Outubro de 1964” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Dili’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>163</sup> “Aerograma n.º 37, cifrado, recebido da legação de Portugal em Jacarta, de 29 de Outubro de 1964” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Dili’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>164</sup> “Ofício n.º 83 de 18 de Setembro de 1965” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Dili’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>165</sup> *Ibid.*

enviar e a não se deixar manipular por um grupo de países que pretendessem explorar a reunião para os seus próprios fins.<sup>166</sup>

Atendendo a que mais nada foi avançado nesta matéria, em 8 de Setembro de 1965, o brigadeiro-general Mohammed Abbay Redwan Maly, “ministro dos Negócios Estrangeiros” e “vice-chefe de Estado-Maior-General” do Conselho Militar da URT, divulgou um comunicado a manifestar o interesse do seu grupo em participar na II Conferência Afro-Asiática, e na Conferência Internacional para a Liquidação de Bases Militares Estrangeiras, prevista para ocorrer em Outubro.<sup>167</sup> Porém, não participou em nenhuma. A cimeira da primeira nunca se chegou a realizar, enquanto a segunda decorreu em Jacarta, entre os dias 17 e 20 de Outubro de 1965.<sup>168</sup>

A recusa em convidar a URT contribuiu para que o diário de Jacarta *Nusa Putera* publicasse dois artigos, em 20 e 21 de Outubro de 1965, de um funcionário de um hospital da capital a defender a oportunidade de convidar a URT. Para instigar uma vigorosa reacção por parte das autoridades indonésias, o texto argumentava que estavam na colónia mais de 6.000 militares portugueses. Este diário insistiu “no dever que a Indonésia tem de dar o seu apoio à luta de libertação de Timor” e avançou com “dados geográficos, populacionais e económicos que, em seu entender, provam a viabilidade da uma ‘República de Timor’, independente”.<sup>169</sup> Apesar destes dois artigos, a Indonésia manteve a sua oposição em relação à participação da URT em conferências internacionais.

As dificuldades não foram só com os países árabes e islâmicos. Pelo contrário, também, se observaram nas diligências que praticaram junto de vários países

---

<sup>166</sup> *Ibid.*

<sup>167</sup> “Statement of the Ministry of Foreign Affairs of the Union of the Republic of Timor, Batugadé, Timor, 8 de Setembro de 1965” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Dili’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>168</sup> “Relatório, secreto, ‘Conférence Internationale pour la Liquidation des Bases Militaires Étrangères’, de 19 de Janeiro de 1966?”, PIDE/DGS, “Serviços Indonésios”, Proc. n.º 236-SC/CI(2), N.T. 6982, fl. 935-1, IAN/TT, Lisboa.

<sup>169</sup> “Ofício n.º 108, do cônsul de Portugal em Jacarta, António d’Oliveira Pinto da França, de 28 de Outubro de 1965, p. 1” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Dili’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

malaios. No dia 20 de Julho de 1963, o director-geral do Presidium Central da URT, Abdullah Kalao, divulgou um comunicado no qual apelava aos Estados malaios “to give us support and cut off diplomatic relations with the Portuguese Imperialists”.<sup>170</sup> O apelo era algo ridículo, pois dos 20 Estados malaios independentes, só 2 mantinham relações diplomáticas (Indonésia e Tailândia) e 1 consulares (Singapura). Portanto, a reivindicação não fazia grande sentido. Por outro lado, dois dos Estados em apreço mantiveram o mesmo estatuto nas relações com Portugal, enquanto a Indonésia as reduziu de diplomáticas para consulares, em 1965, mas por razões relacionadas com a substituição de Nehru por Sukarno à frente do Movimento dos Países Não-Alinhados (Fernandes, 2001, pp. 32-33).

O desinteresse generalizado na região pelas actividades da URT era tão intenso que a organização se viu na necessidade de divulgar um comunicado em torno desta matéria para exortar os decisores políticos da região a cumprirem os “10 princípios de Bandung”<sup>171</sup> e apelar directamente à opinião pública. O “primeiro-ministro”, “brigadeiro-general” Boly Mao, defendeu no comunicado em apreço que era preciso não deixar que os princípios em consideração se transformassem num “mero instrumento de propaganda” e apelava à constituição de “milícias de voluntárias” nos países vizinhos com vista a auxiliarem o braço armado da URT, o Conselho Militar, a expulsar os imperialistas portugueses de Timor-Díli.<sup>172</sup>

Em 25 de Julho de 1968, um despacho proveniente da delegação em Jacarta da agência noticiosa *Reuters* afirmava que a URT solicitou ao primeiro-ministro da Malásia, Tunku Abdul Rahman, que convidasse o Fiji, as Maurícias, a Nova Caledónia e a Papua Nova Guiné Ocidental a participarem na primeira cimeira de

---

<sup>170</sup> “Announcement Regarding the Reshuffle of the Cabinet Formation for the 2<sup>nd</sup> Period (1963-1965, de 20 de Julho de 1963” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>171</sup> Os *Dasa Sila Bandung* (Dez Princípios de Bandung), aprovados na conferência afro-asiática que decorreu entre os dias 18 e 24 de Abril de 1955, previam o apoio dos países signatários aos movimentos de libertação de territórios sob o domínio colonial estrangeiro.

<sup>172</sup> “Statement of the Central Government Council of the Union Republic of Timor-Dilly, 9 de Novembro de 1963” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

chefes de Estado e de Governo da Organização da Conferência Islâmica.<sup>173</sup> Por outro lado, a direcção da URT manifestou-se disponível a enviar o seu “ministro para a Construção da União da República/República Autónoma”, “brigadeiro-general” Boly Mao, à referida cimeira. Porém, apesar das fortes simpatias que a URT nutria pela Malásia e das suas fortes tendências islâmico-malaias, o regime de Kuala Lumpur remeteu-se ao silêncio. A cimeira de chefes de Estado e de governo da organização em apreço acabou por se realizar Rabat, em 25 de Setembro de 1969, sem a presença da URT.

Para além de ter manifestado interesse e não ter sido convidada para participar em conferências internacionais, a própria URT propôs pelo menos a realização de uma conferência internacional. No dia 1 de Dezembro de 1966, o presidente A. Mao Klao, enviou um ofício ao primeiro-ministro da Nova Zelândia, Keith Jacka, e ao governo da Samoa,<sup>174</sup> a propor-lhes a realização de uma Conferência da Oceânia, para ter lugar no último país, com o intuito de estabelecer uma “Aliança da Oceânia”, uma organização regional dedicada ao fomento do progresso, como, aliás, já existia nas Américas e na Europa. A cimeira teria como objectivo estabelecer um secretariado, que se encarregaria, posteriormente, de convidar as Filipinas, o Japão, a Formosa/Taiwan, o Canadá, os EUA, México e a Argentina a integrarem a organização regional.<sup>175</sup> Tal como as outras tentativas, esta foi também infrutífera.

A única organização que se prestou sempre apoiou publicamente a URT foi a *Persatuan Seluruh Bangsa Melayu* (União Geral da Raça Malaia). O presidente desta agremiação, Mulwan Shah, divulgou um comunicado em Jacarta, no dia 15

---

<sup>173</sup> “Despacho da agência noticiosa *Reuters* proveniente de Jacarta, intitulado ‘Jacarta fala na formação da União da República de Timor’, de 25 de Julho de 1968”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fl. 30, IAN/TT, Lisboa; “‘Oust the Portuguese’ Timor ‘Grab’ – Indo Appeal”, *The Sunday Telegraph* [Sydney] (23 de Junho de 1963), p. 1.

<sup>174</sup> O primeiro micro-Estado do Pacífico Sul a tornar-se independente no dia 1 de Janeiro de 1962 da Nova Zelândia.

<sup>175</sup> “Ofício de A. Mao Klao para o primeiro-ministro da Nova Zelândia, de 1 de Dezembro de 1965” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

de Abril de 1963, no qual defendeu que os portugueses tinham que sair de Timor até ao dia 15 de Julho, caso não o fizessem teriam de enfrentar a acção da ONU.<sup>176</sup> No, entanto, funcionários governamentais indonésios interpelados pelo correspondente da *United Press International (UPI)* na capital javanesa afirmaram que Mulwan Shah era um resquício da Conferência de Solidariedade Afro-Asiática, que tinha decorrido há dois anos, e recusaram-se a tecer os comentários sobre as suas actividades. Porém, um funcionário defendeu, particularmente: “*he’s a crank. Don’t take him seriously*”.<sup>177</sup>

A sua alegada parca influência junto dos círculos oficiais indonésios, não impediu, contudo, que a *Persatuan Seluruh Bangsa Melayu* persuadisse, com êxito, a agência oficiosa javanesa *Antara* a divulgar um seu comunicado a exortar à expulsão dos portugueses de Timor-Díli, a apoiar a URT, em termos genéricos, e a congratulá-la pela formação do seu I “governo”. Este texto declarou ainda que os timorenses eram uma parte inseparável da raça malaia.<sup>178</sup> Por outro lado, no mesmo mês, enviou um telegrama ao presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, a solicitar “a imediata libertação dos prisioneiros existentes em Timor e ‘exigindo que seja dada independência à Colónia, o mais brevemente possível”.<sup>179</sup>

No dia 10 de Junho de 1963, esta organização, que reivindicava representar 250 milhões de malaios, desde o “*Hawaii to Madagascar, from Formosa to the Coco Islands*”, difundiu um comunicado no qual reiterava publicamente o seu apoio à URT. De acordo com o texto: “[t]he Malay peoples will naturally give their positive support to any action launched by the Republic of Timor-Dili to destroy the Portuguese Fascist-Imperialists”.<sup>180</sup> O apoio desta organização contava, porém, muito pouco,

---

<sup>176</sup> “Give Up Borneo And Timor Or Face U.N. Action” *The South China Morning Post* [Hong Kong], (17 de Abril de 1963), p. 1.

<sup>177</sup> *Ibid.*

<sup>178</sup> “Now Indonesia Turns on the Portuguese in Timor”, *The Sunday Times* [Singapura], (23 de Junho de 1963), p. 1.

<sup>179</sup> “Ofício n.º 3057/K-8-2 do gabinete dos Negócios Políticos do ministério do Ultramar, de 9 de Maio de 1963” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Díli’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>180</sup> “Indonesians New Threat to P. Timor”, *The Northern Territory News* [Darwin], (25 de Junho de 1963), p. 1.

quer na Indonésia, quer internacionalmente. Na visita que efectuou a Jacarta o jornalista Hugh Mabbett, no último trimestre de 1970, constatou que a URT *"appears to come under the wing of another poverty-stricken body, the All Malay Race Union"*.<sup>181</sup>

Para além de se ter batido com grandes dificuldades no estabelecimento de contactos externos com países política e religiosamente próximos, as próprias embaixadas ocidentais mostraram-se muito pouco abertas às diligências da URT. Por exemplo, o "ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros" da URT, Mohammed Abbay Ridwan Maly, dirigiu ofícios semelhantes ao primeiro-ministro britânico, Lorde Home, e ao presidente dos EUA, Lyndon B. Johnson, em 29 de Dezembro de 1963, a solicitar *"aid and support in moral and material at least to bless the struggle by the people of the Union Republic of Timor-Dilly"*. Por outro lado, pediu que lhes fossem concedidos direitos para transmitir propaganda da URT nos órgãos de comunicação social.<sup>182</sup> Os ofícios foram entregues nas embaixadas britânica e americana em Jacarta.<sup>183</sup> Porém, a embaixada britânica não atribuiu qualquer "importância" à nota da URT.<sup>184</sup>

O desinteresse das missões diplomáticas de grandes potências pela URT, observou-se, também, por parte das médias e pequenas potências ocidentais. O embaixador da Suíça em Jacarta, Reveillond, recusou-se a aceitar um ofício da URT dirigido ao presidente da Confederação Helvética, Hans Schaffner, no senti-

---

<sup>181</sup> Hugh Mabbett, "Portuguese Timor: The Uneasy SE Asian Outpost", *Mainichi Daily News* [Tóquio], (4 de Janeiro de 1971), p. 5.

<sup>182</sup> "Nota do 'ministro, interino, dos Negócios Estrangeiros, da URT, Mohammed Abbay Ridwan Maly, para o primeiro-ministro do Reino Unido, Lord Home, de 29 de Dezembro de 1963" in "Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas 'República Unida Timor-Dili'", PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>183</sup> "Aerograma n.º 13, cifrado, recebido do encarregado de negócios da legação de Portugal em Jacarta, José Eduardo de Melo Gouveia, de 23 de Março de 1964" in "Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas 'República Unida Timor-Dili'", PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

<sup>184</sup> "Ofício UL 57 enviado por Hall Themido, em nome do ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, para o embaixador de Portugal em Washington, Vasco Vieira Garin, de 18 de Abril de 1964" in "Movimentos de libertação de Timor", Arq. emb. Washington, M. 255, AHDMNE, Lisboa.

do de ser aplicado a Convenção de Genebra à URT, em Novembro de 1966.<sup>185</sup> Enquanto, que o ofício enviado à embaixada do Reino Unido em Jacarta no sentido de a URT ser “aceite na comunidade britânica”, de meados de 1969, foi considerado por um diplomata britânico na capital da Indonésia como uma “carta ridícula e sem importância”. A reputação da URT era tão fraca que o chefe do departamento do Sudeste do Pacífico do *Foreign Office* declarou ao conselheiro da embaixada de Portugal em Londres “que desconhecia a questão e que a Missão Diplomática do seu país em Jacarta não tinha feito qualquer comunicação sobre a mesma. Considerou o assunto como uma ‘graça’ sem importância”.<sup>186</sup>

Numa tentativa desesperada para romper com o seu isolamento, em 8 de Junho de 1970, por ocasião da reeleição de Sirimavo Ratwatte Dias Bandaranaike para o cargo de primeira-ministra do Sri Lanka, a URT enviou uma carta a congratulá-la e a solicitar “*moral and material support to the struggle of the realization of our independence and Your Excellency’s formal recognition of our country*”.<sup>187</sup> A embaixada do Sri Lanka em Jacarta forneceu, porém, “a título particular”,<sup>188</sup> uma fotocópia da carta enviada a Bandaranaike, ao consulado de Portugal. Tal como o governo de Kuala Lumpur, o regime de Colombo não se pronunciou sobre esta matéria.

No derradeiro esforço para tentar obter reconhecimento internacional, em Agosto de 1973, a URT enviou uma missiva à rainha Juliana a solicitar o apoio da soberana e do governo dos Países Baixos à luta em prol da independência de

---

<sup>185</sup> “Ofício UL 964 do director-geral, interino, dos Negócios Políticos do ministério português dos Negócios Estrangeiros, João Hall Themido, para o director da PIDE, major Fernando da Silva Pais, de 7 de Novembro de 1966”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fls. 42-43, IAN/TT, Lisboa.

<sup>186</sup> “Informação secreta n.º 2921, proc. QQ-14, de Vasconcelos de Carvalho, de 7 de Novembro de 1969, p. 7”, MU/GNP/SR: 164/Cx. 175, AHU, Lisboa.

<sup>187</sup> “Letter to H.E. The Ambassador of Sri Lanka [in] Djakarta’, de 8 de Junho de 1970”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Díli”, Proc. n.º 1287/63-SR, N.T. 3292, fl. 28, IAN/TT, Lisboa.

<sup>188</sup> “Ofício PAA 369 do director-geral dos Negócios Políticos do ministério português dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, para o director-geral da PIDE/DGS, major Fernando da Silva Pais, de 27 de Julho de 1970”, PIDE/DGS, “Movimento de Libertação da Ilha de Timor”, Proc. n.º 227-SR/61, N.T. 3046, fl. 1, IAN/TT, Lisboa.

Timor. Apesar da embaixada ter remetido o ofício da URT ao *ministerie van Buitenlandse Zaken* [ministério dos Negócios Estrangeiros], o chefe da missão diplomática holandesa em Jacarta sublinhou na sua missiva para Haia “a pouca representatividade do movimento e a sua situação delicada que poderia resultar do seu apoio, no contexto das relações com o Governo indonésio”.<sup>189</sup>

Para além de manifestar total inaptidão para estabelecer contactos e contrair apoios a nível bilateral, a URT revelou-se também incapaz de estabelecer contactos e obter ajuda a nível multilateral. Assim, ao contrário dos movimentos de libertação da África lusófona e de Goa, a URT também não logrou participar em conferências internacionais de concertação política dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, como a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).<sup>190</sup>

A falta de capacidade da URT em se afirmar quer no terreno, quer internacionalmente, levou o ministro Silva Cunha a considerar numa exposição secreta para um grupo restrito de deputados à Assembleia Nacional, que teve lugar na Biblioteca do Palácio de S. Bento, em 15 de Fevereiro de 1967, que Timor “não tem problemas políticos internos”.<sup>191</sup> Adiantou, ainda, que no território “não há

---

<sup>189</sup> “Ofício n.º 6170 do director-geral dos Negócios Políticos do ministério dos Negócios Estrangeiros, Gonçalo Caldeira Coelho, para o director-geral da PIDE/DGS, major Fernando da Silva Pais, de 14 de Agosto de 1973”, PIDE/DGS, “Movimento de Libertação Nacional do Timor Português”, Proc. n.º 18891/CI(2), N.T. 7826, fl. 20, IAN/TT, Lisboa.

<sup>190</sup> No caso da CONCP, cuja primeira conferência teve lugar em Casablanca, entre os dias 18 e 20 de Abril de 1961, e que contou com a presença do presidente do Congresso Nacional de Goa e do secretário da Liga Goesa de Londres, a URT não se fez representar. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, “Informação secreta n.º 684/61-GU da PIDE, de 6 de Junho de 1961” in “Informações da PIDE: realização da CONCP, 1961”, AOS/CO/UL-32C, Pt. 63, fl. 415, IAN/TT, Lisboa. Convém recordar que o Marrocos, país islâmico moderado, era um dos principais apoiantes logísticos e financeiros da CONCP. Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, “Informação secreta n.º 1.402/61-GU da PIDE, de 12 Setembro de 1961” in “Informações da PIDE: realização da CONCP, 1961”, AOS/CO/UL-32C, Pt. 63, fl. 416, IAN/TT, Lisboa. Portanto, apesar da similaridade religiosa e, provavelmente, ideológica entre a URT e o governo marroquino, o incipiente movimento de libertação timorense não conseguiu tirar partido desta situação aparentemente vantajosa.

<sup>191</sup> “Exposição secreta à Assembleia Nacional sobre a situação no ultramar pelo ministro Silva Cunha, de 15 de Fevereiro de 1967”, AOS/CO/UL-58, Pt. 1, Sbd. 39, fl. 311, IAN/TT, Lisboa.

movimentos subversivos internos. População fiel e muito dedicada. O movimento da República Independente de Timor (Batugadé) que por vezes aparece referido na Imprensa estrangeira não tem qualquer consistência. É formado por meia dúzia de indivíduos que nunca estiveram em Timor. O caso especial do Nai Buti".<sup>192</sup>

## Conclusões

Apesar da conjuntura política internacional ter sido altamente favorável à criação da URT, este movimento embrionário de tendências fortemente tradicionais e etno-nacionalistas nunca conseguiu tirar dividendos desta situação e firmar-se politicamente no terreno. Nesta sucinta análise apontamos para 8 factores que contribuíram para esta situação. Primeiro, a total incapacidade da URT para transcender actividades que se circunscreviam meramente ao foro político-propagandístico. Porém, até neste sector se debateu com sérios problemas de divulgação dos seus comunicados. Segundo, o aparente intenso conflito entre os seus principais dirigentes. Terceiro, a sua forte matriz islâmico-malaia era incompatível com uma população na sua esmagadora maioria animista e tendencialmente católica. Quarto, a sua total incapacidade para se afirmar através da luta armada, como o fizeram vários movimentos de libertação da África lusófona. Quinto, as conflituosas relações que manteve com os regimes no poder em Jacarta, o seu principal apoiante. Sexto, a "integração" de Timor na Indonésia não constituiu uma prioridade para os regimes de Sukarno e Suharto no período em apreço. Durante o regime de Sukarno as principais prioridades foram a anexação da Papua Nova Guiné Ocidental na Indonésia e a tentativa gorada para evitar a independência da Malásia. No período seguinte o interesse de Suharto foi consolidar o seu regime e fomentar o crescimento económico. A incorporação do Timor Português foi completamente relegada para segundo plano. Sétimo, incapacidade para estabelecer um relacionamento com a elite crioula timorense.

---

<sup>192</sup> *Ibid.*, fl. 317.

Oitavo, a URT manifestou ao longo de todo este percurso uma grande falta de competência política para mobilizar apoios externos e estabelecer contactos e alianças com os movimentos de libertação da África lusófona e de Goa, organizações de concertação anticolonial, como a CONCP, e organismos internacionais, mesmo os de matriz político-religiosa. Estes factores contribuíram para que após o 25 de Abril de 1974, que precipitou bruscamente o aparecimento de várias formações políticas em Timor, a URT não conseguisse afirmar-se como um actor político no terreno. A breve trecho seria substituído pela APODETI, uma associação cívica com uma base política de apoio mais ampla.

## Anexo I

### Cronograma da evolução institucional da URT, 1960-1974

Denominação	Comissão de Libertação	Presidium Central	Conselho Militar e I "Governo"	II "Governo"	III "Governo" ???	IV "Governo"	V "Governo" ???	VI "Governo"	APODETI
Quantidade de membros		9	9	30 e 12	25	???	27	???	20
Documentos importantes		"Declaração de Independência"		"Constituição (4 de Maio)					
Datas	1960 (2 de Novembro)	1961 (9 de Abril)	1963 (9 de Abril)	1965 (9 de Abril)	1967 (9 de Abril)???	1969 (9 de Abril)	1971 (9 de Abril)???	1973 (9 de Abril)	1974 (27 de Maio)

Fontes: AHDMNE e IAN/TT.

## Anexo II

### Os “governos” da URT, 1963-1973

#### I “Governo”

(9 de Abril de 1963 a 9 de Abril de 1965)<sup>193</sup>

1	Primeiro-Ministro	T.E. Maly Bere
2	Vice-Primeira-Ministra	Immany
3	Conselheiro do Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Relações com a Raça Malaia	Datok Palimo Kayo
4	Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Relações com a Raça Malaia	Brigadeiro-general Z. Falah
5	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Relações com a Raça Malaia	Inche Mohammed Qosim Al-haj
6	Ministro do Interior e dos Assuntos dos Estados-Membros	Joseph Seran
7	Ministro da Educação, Informação e Estruturas do Estado	Mohammed Abbay Ridwan Maly
8	Ministro da Agricultura, Pecuária e das Pescas	Major N. Nai Bere
9	Ministra das Mulheres, Saúde e Assuntos Sociais	Naema Ellyzabeth
10	Ministra das Finanças, Assuntos Económicos e Reconstrução	Immany
11	Ministro das Comunicações (Rádio, Correios, Telégrafos e Telefones)	W. Liando
12	Ministro dos Transportes Marítimos, Terrestres e Aéreos	Alfonso Tifaona Labalekan

Fonte: “Announcement of the Formation of the New Cabinet of the Central Government of the Union Republic of Timor-Dili for the Period of 1963-1965” in “Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas ‘República Unida Timor-Dili’”, PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

---

<sup>193</sup> O “governo” estava previsto para durar até 9 de Abril de 1965, isto é, por um período de 2 anos. Desentendimentos entre os dirigentes do movimento contribuíram para que durasse pouco mais do que 3 meses.

# I "Governo"

## 1.ª remodelação

(10 de Julho de 1963 a 1 de Novembro de 1964)

1	Primeiro-Ministro	A. Mao Klao
2	1.º Vice-Primeiro-Ministro	Maly Tae
3	2.º Vice-Primeiro-Ministro	T.E. Maly Bere
4	3.ª Vice-Primeira-Ministra	Immany
5	4.º Vice-Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general Z. Falah
6	5.ª Vice-Primeira-Ministra	Brigadeiro-general Aminah Balikh
7	Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Raça Inter-Malaia	A. Mao Klao
8	Ministro-Adjunto dos Negócios Estrangeiros e da Raça Inter-Malaia	Al-Hadi
9	Ministro-Adjunto dos Negócios Estrangeiros e da Raça Inter-Malaia	Inche Mohammed Qossem Al-Haj
10	Ministro da Administração Interna e dos Assuntos dos Estados-Membros	Maly Tae
11	Ministro-Adjunto da Administração Interna e dos Assuntos dos Estados-Membros	Brigadeiro-general Mohammed Abbay Ridwan Maly
12	Ministro da Agricultura, Avicultura e Pescas	Joseph Seran
13	Ministro-Adjunto da Agricultura, Avicultura e Pescas	Major N. Nai Bere
14	Ministro dos Transportes Marítimos, Terrestres e Aéreos	Alfonso Tifaona Labalekan
15	Ministro da Educação, Informação e Estruturas do Estado	A. Mao Klao
16	Ministra-Adjunta da Educação, Informação e Estruturas do Estado	Brigadeiro-general Aminah Balikh
17	Ministra das Finanças, Assuntos Económicos e Fomento	Immany
18	Ministra-Adjunta das Finanças, Assuntos Económicos e Fomento	Al-Hadi
19	Ministra das Mulheres, Saúde e Assuntos Sociais	Nn. Naemma Ellyzabeth
20	Ministro-Adjunto das Mulheres, Saúde e Assuntos Sociais	Coronel Thalib Bara
21	Ministro das Comunicações (Rádio, Correios, Telégrafos e Telefones)	W. Liando

Fonte: "Announcement Regarding the Reshuffle of the Cabinet Formation for the 2<sup>nd</sup> Period, 1963-1965" in "Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas "República Unida Timor-Dili", PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

## I "Governo"

### 2.ª remodelação

(2 de Novembro de 1964 a 9 de Abril de 1965)

1	Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general Boly Mao
2	1.ª Vice-Primeira-Ministra	Immany
3	2.º Vice-Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general Leto Mao
4	3.ª Vice-Primeira-Ministra	Brigadeiro-general Bara Mao
5	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Brigadeiro-general Mohammed Abbay Ridwan Maly
6	Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros	Manehat
7	Ministro das Relações com os Países Malaios	Brigadeiro-general Bara Mao
8	Vice-Ministro das Relações com os Países Malaios	Inche Mohammed Qossem Al-Haj
9	Ministro da Administração Interna	Brigadeiro-general Boly Mao
10	Vice-Ministro da Administração Interna	Lao Marac
11	Ministro da Organização dos Países-Membros e dos Assuntos dos Estados	Brigadeiro-general Leto Mao
12	Vice-Ministra da Organização dos Países-Membros e dos Assuntos dos Estados	Wa Sallamah
13	Ministra das Mulheres, Saúde e Assuntos Sociais	Immany
14	Vice-Ministra das Mulheres, Saúde e Assuntos Sociais	Aquilina Kitu
15	Ministro da Educação e da Universidade	Qader Gorou
16	Ministro da Informação e Propaganda	Salla Mohammed Sakran
17	Ministra das Finanças, Assuntos Económicos e Reconstrução	Immany
18	1.º Vice-Ministro das Finanças, Assuntos Económicos e Reconstrução	La Omar Al Haj
19	2.º Vice-Ministro das Finanças, Assuntos Económicos e Reconstrução	La Massa
20	Ministro dos Transportes Marítimos	Alfonso Tifaona Labalekan
21	Vice-Ministro dos Transportes Marítimos	La Abdusshukur Al Haj
22	Ministra de Estado	Hendo

Fonte: "Announcement on the Reshuffle of the Cabinet for the Second Period, 1963-1965" in "Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas 'República Unida Timor-Dili'", PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

## II "Governo"

(9 de Abril de 1965 a 9 de Abril de 1967)

1	Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general A.H. Bere
2	1.ª Vice-Primeira-Ministra	Immany
3	2.º Vice-Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general Th. Bara
4	3.º Vice-Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general B. Balle
5	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Brigadeiro-general Mohammed Abbay Ridwan Maly
6	Ministro-Adjunto dos Negócios Estrangeiros	Lao Marae
7	Ministro das Comunicações com os Estados Malaios	Coronel Sikky Mao
8	Ministra-Adjunta das Comunicações com os Estados Malaios	M. Cane
9	Ministro do Interior	B.M. Mai Laka
10	Ministro-Adjunto do Interior	F.D. Notake
11	Ministro para a Construção da União da República/República Autónoma	Brigadeiro-general Boly Mao
12	Ministra-Adjunta para a Construção da União da República/República Autónoma	Wa Sallamah
13	Ministra das Mulheres, Saúde e Assuntos Sociais	Immany
14	Ministra-Adjunta das Mulheres, Saúde e Assuntos Sociais	Aquilina Kitu
15	Ministro da Educação e da Universidade	Brigadeiro-general M.S. Pakkeh
16	Ministro-Adjunto da Educação e da Universidade	Matang Lakuru
17	Ministro da Informação e Propaganda	Salla Mohammed
18	Ministro-Adjunto da Informação e Propaganda	M.S.K. Seran Klao
19	Ministra das Finanças, Economia e Construção	Immany
20	Ministro-Adjunto das Finanças, Economia e Construção	Amma Abu
21	Ministro das Comunicações Marítimas	Alfonso Tifaona Labalekan
22	Ministro-Adjunto das Comunicações Marítimas	La Abdusshukur Al Haj
23	Ministro de Estado	La Omar Al Haj
24	Ministro de Estado	Inche Mohammed Qossem Al-Haj
25	Ministro de Estadô	Amma Seran

Fonte: "Announcement of the Central Government Council of the Union Republic of Timor (Third Period, 1965-1967) in "Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas 'República Unida Timor-Dili'", PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

**IV “Governo”**  
**(9 de Abril de 1969 a 9 de Abril de 1971)**

1	Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general Boly Mao
2	1.ª Vice-Primeira-Ministra	Brigadeiro-general Immany
3	2.º Vice-Primeiro-Ministro	Coronel Sikky Mao
4	Ministro dos Negócios Estrangeiros	Brigadeiro-general Mohammed Abbay Ridwan Maly
5	Ministro-Adjunto dos Negócios Estrangeiros	Brigadeiro-general Bara Mao
6	Ministro das Relações com os Países Malaios	Coronel Sikky Mao
7	Ministro-Adjunto das Relações com os Países Malaios	Tenente-coronel M. Coro
8	Ministro do Interior e dos Países Membros	Coronel M.S.K. Ghani Calao
9	Ministro-Adjunto do Interior e dos Países Membros	F.D. Notake
10	Ministra das Mulheres, Saúde e Assuntos Sociais	Brigadeiro-general Immany
11	Ministra-Adjunta das Mulheres, Saúde e Assuntos Sociais	Aquilina Kitu
12	Ministro da Educação e Universidade	Brigadeiro-general M.S. Pakkeh
13	Ministro-Adjunto da Educação e Universidade	Dr. Naroins Adam Letodabsy
14	Ministro da Informação e Propaganda	Brigadeiro-general A.R. Ulabi Talo
15	Ministro-Adjunto da Informação e Propaganda	Tenente-coronel C. Corou
16	Ministra das Finanças e do Banco da Revolução de Timor	Brigadeiro-general Immany
17	Ministro-Adjunto das Finanças e do Banco da Revolução de Timor	Vago
18	Ministro da Economia e Comércio	Coronel Bukuany Maya-Maya
19	Ministro-Adjunto da Economia e Comércio	Vago
20	Ministro das Provisões para a Guerra	Vago
21	Ministro-Adjunto das Provisões para a Guerra	Vago
22	Ministro dos Transportes Marítimos	Alfonso Tifaona Labalekan
23	Ministro-Adjunto dos Transportes Marítimos	Coronel Pahar Hady Taha
24	Ministro de Estado	La Abdusshukur Al Haj
25	Ministro de Estado	La Omar Al Haj
26	Ministro de Estado	Inche Mohammed Qossem Al-Haj
27	Ministro de Estado	Ilegível

Fonte: “Nomeação do Conselho de Ministros do Governo da República Unida de Timor, do V Período, de 9 de Abril de 1969”, PIDE/DGS, “República Unida de Timor-Dili”, Proc. n.º 1287-SR/63, N.T. 3292, fls. 12-17 e 25, IAN/TT, Lisboa.

## VI "Governo"

(9 de Abril de 1973 a 9 de Abril de 1975)<sup>194</sup>

1	Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general M.T. Analessy
2	1.º Vice-Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general S.G.S. Gasang
3	2.º Vice-Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general P.H. Ulumando
4	3.º Vice-Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general M.K. Lacca Mao
5	4.º Vice-Primeiro-Ministro	Brigadeiro-general Sh. Chan Letomaly
6	Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Relações com os Países Malaios	Brigadeiro-general Sh. Chan Letomaly
7	Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Relações com os Países Malaios	Brigadeiro-general Dr. Inche Mohammed Qossem Al-Haj
9	Ministro do Interior e dos Assuntos dos Estados Membros	Brigadeiro-general P.H. Ulumando
10	Vice-Ministro do Interior e dos Assuntos dos Estados Membros	Coronel La Abdusshukur Al Haj
11	Ministro dos Transportes Marítimos	Coronel Hasheem Lacry
12	Vice-Ministro dos Transportes Marítimos	Capitão A.H. Wariu
13	Ministro da Educação e da Universidade	Brigadeiro-general Sh. Chan Letomaly
14	Ministra das Finanças, Assuntos Económicos e Construção	Brigadeiro-general Immany
15	Ministro da Saúde	Brigadeiro-general A.H. Bere
16	Ministra dos Assuntos Sociais	Coronel Dr.ª Mariam Riza Laik
17	Ministro das Provisões para a Guerra	Coronel Sheik M. Boly Amang
18	Ministro da Informação e Propaganda	Coronel M.Z. Anapary
19	Ministro dos Assuntos Religiosos	Major Manise
20	Secretário de Estado do Conselho de Ministros	Capitão A.H. Wariu

Fonte: "The Composition of the Central Government Council of the Union of the Republic of Timor, Period VII, de 28 de Junho de 1973", PIDE/DGS, "Movimento de Libertação Nacional do Timor Português", Proc. n.º 18891-CI(2), N.T. 7826, fl. 19, IAN/TT, Lisboa.

<sup>194</sup> O VI "governo" da URT não durou, certamente, até 9 de Abril de 1975, pois a APODETI foi fundada em 27 de Maio de 1974, como mencionámos anteriormente, tendo como fundadores elementos da URT.

## Anexo III "Conselho Militar" da URT

In the name of Allah with pity and mercy

Directorate General

Central Presidium

Union Republic of Timor Dilly

Batugadé – Timor Dilly

No. P.II/VI/DG-Prespu-URTD/63

Subject: Announcement regarding the  
FORMATION OF THE  
MILITARY COUNCIL OF THE  
UNION REPUBLIC OF TIMOR DILLY  
in the emergency area of Batugadé

### ANNOUNCEMENT

All of us safe and prosperous owing to God's mercy

It is hereby announced that at 10 o'clock in the morning, June 10, 1963, in the emergency fighting area of Batugadé, a Military Council has been formed by the Acting President of the Central Presidium of the Union Republic of Timor Dilly, Mr. A. Mao Klao, with a decree Number 0005/VI/PRESPU-URTD/1963, and June 10, 1963, was determined as the Armed Forces Day.

THE MILITARY COUNCIL is the headquarters of the Armed Forces covering forces of all arms.

The soldiers of the Union Republic of Timor Dilly have their politics, economic and religion properly guided.

THE ARMED FORCES are the backbone of the people and the State, and become the defenders of the State Constitution to fulfil God's duties. The position

of the Military Council is to assist the Central Presidium of the Union Republic of Timor dilly, and are at the same level as Cabinet Ministers or the Central Government Council member.

The Supreme Chairman: The Acting President of the Central Presidium of the Union Republic: Mr. A. Mao Klao.

Deputy Supreme Chairman: 2<sup>nd</sup> Vice-President of the Central Presidium of the Union Republic: Mr. Maly Tae.

=====

Chairman: Major General Mao Bere

1<sup>st</sup> Deputy Chairman: Brigadier General Z. Falah

2<sup>nd</sup> Deputy Chairman: Brigadier General Miss Aminah Balikh

Honoured General Chief of Staff *in absentia*: The late Major General Abubakar Ilemandiry

General Chief of Staff: Brigadier General Mohammed Shaleh Pakkeh

Deputy Chief of Staff: Brigadier General Mohammed Abbey Ridwan Maly

Members of the Military Council:

Colonel Thalib Bara

Colonel Salim Siku

Colonel Mohammed Shaleh

Colonel Umar Bara

Lieutenant Colonel P.E. Siregar

Lieutenant Colonel Shofyan Ghany

Lieutenant Colonel Thomas Uly

Major Moeis Attamao

Major N. Nai Bere

Major Gabril Taty Nahak

Major Miss Amishah Tolang

Major C. Kalao

Major Abdul Hamid Bere

Major Baso

Major Abdurahin Mao Ilaly

As military corps of one Malay State in the Pacific, the Armed Forces of the Union Republic of Timor Dilly will remain as a fort for the Malay Family Race in general and the Pacific fort in particular; for that reason the Armed Forces of the Union Republic of Timor Dilly, should be on the alert, ever ready with the spirit and soul of Melanesia as one of the Malay groups in the Pacific where Timor remains in the center.

Keep on fighting to sweep the Portuguese Imperialists without any negotiations and strengthen the friendship with all neighbouring States and the world in general and especially with the States in the Pacific.

A M E N!

At the emergency fighting area of Batugadé  
10 o'clock in the morning June 10, 1963.

Issued by: The Liberation Bureau of the  
Union Republic of Timor Dilly

Directorate General  
Central Presidium of the  
Union Republic of Timor Dilly  
Director General

(sgd) *Abdulah Kalao*

Fonte: "Announcement Regarding the Formation of the Military Council of the Union Republic of Timor Dilly in the emergency area of Batugadé, 10 June, 1963" in "Agitação nas províncias ultramarinas: Timor – organizações nacionalistas 'República Unida Timor-Dili'", PAA M. 521, AHDMNE, Lisboa.

## Anexo IV

In the name of Allah, the Gracious and the Merciful

THE DECLARATION OF INDEPENDENCE

May peace and the blessing of Allah upon us

With the Patriotically Revolutionary struggle, as well as continuously energetic effort led by the revolts; commencing the end of the Year 1959, and by the struggle/propaganda of TIMOR LOVERS (DILLY).

Until the forming of the Bureau of the Liberation on November 2, 1960, and with the consent and mercy of Allah the very Glorious, the Central Presidium of the Union of the Republic was formed at 9.00 a.m., on Sunday, April 9, 1961.

TIMOR which is declared INDEPENDENT; commencing this time and day with the capital in PRASZA (DILLY) and during the emergency of struggle the Realization of Independence, the Revolution Capital is in BATUGADÉ.

THE UNION OF THE REPUBLIC OF TIMOR is a CONFEDERATE TIMOR, which formed a SOCIALISTIC STRUCTURE being guided by Allah's Holy Book as a continually ricing the history of MALACCA under the guidance of MAROMAK OAN in the GOLDEN AGE of ancient CONFEDERATE TIMOR.

This DECLARATION OF INDEPENDENCE attended by 9 (nine) members of the First CENTRAL PRESIDUM.

The STRUGGLE OF DRIVING AWAY THE OLD AND NEO-COLONIALIST IS CARRIED OUT BY FORCE AT THE POINT OF WEAPON (arm), the VICTORY IS NECESSARILY SEIZED.

As MALAY'S RACE AND COUNTRY WHICH SITUATED IN THE MALAY'S MELANESIAN ARCHIPELAGOES, WE STRUGGLE FOR THE GREATLY MALAYS CONFEDERATION. MORES TIMOR! (VIVA THE TIMOR!) MORES MALAY'S MELANESIAN! (VIVA MALAY'S MELANESIAN!).

May Allah be with us.

AMEN

April 9, 1961

Acting President of the Central Presidium

Signed

*A. Mao Klao*

## Anexo V

### In The Name Of Allah, The Most Beneficent And Merciful

#### CONSTITUTION

To make it clear to the world, and to the public opinion at home alike, and to be the point of compass of the Ministry of Foreign Affairs and all representatives abroad, the Central Presidium formulated a Constitution as follows:

1. The Union of Timor Republic and the patriotic Timorese People, as citizens craving for a full independence, assert their resolute standpoint against imperialism, colonialism, neo-imperialism and neo-colonialism of any kind and of any race, whether it is of the white, the colored or the yellow-skinned people.
2. The patriotic and heroic Timorese People's Revolution started as a struggle with red spillings of blood and sharp points of weapons, and is now in the process of gaining the last victory to drive away the Portuguese imperialism and other forms of imperialism, neo-imperialism, colonialism and neo-colonialism that are all aspiring to annex the beloved country, Timor; a victory, that is to be won at the end of a battle.
3. Timor is the Timorese People's claim, and not that of the Portuguese and other imperialists, neither it is the claim of Peoples, which are not the citizens of the Union of Timor Republic. Foreigners have no right to obstruct and slow off the coming success of the liberation struggle, namely the full independence of Timor. Any attempt to do so will be regarded as that performed by the accomplices of the Portuguese imperialists or something of the sort.
4. Any Timorese, for lack of knowledge and being ignorant, sided with the Portuguese and other colonialism, is here and now warned to immediately realize his mistake, and to immediately come shoulder to shoulder with Timorese freedom fighters in gaining the common victory over the Portuguese and other colonialists.
5. The Union of Timor Republic, being a peace-loving State, has never aspired to annex any neighboring territory, and [on the] other hand, she is never prone

- to be annexed by any neighboring country. Timor loves to live in a peaceful friendliness and in a mutual respect with other countries. It is again stressed, that Timor is against any neo-colonialism from anywhere.
6. The Union of Timor Republic, as a Malay country belonging to the Malay-Melanesian group of islands, feels it deeply that she is a member of the family requiring a mutual help with all neighboring countries, especially with the 250 million Malaysians living in the area as far as from Hawaii to Malagasy.
  7. As a Malay country realizing the importance of unity, the Union of Timor Republic supports resolutely the idea of All Malay Race Union, and will put herself as its first member. This union is to comprise all Malaysians living in the area as far as from Hawaii to Malagasy.
  8. The Union of Timor Republic as a State fighting under democratic principles towards a socialist structure and guided by the Holy Book of Allah, following an independent foreign policy and being free to determine her own course, has always strived for a membership in the United Nations, and has always been ready to create a friendly relationship with all countries in the world and with all peace-loving Peoples.
  9. The Union of Timor Republic in her struggle to drive the imperialists away from Timor needs any kind of help from anywhere, with a condition that the Liberation Struggle of the Union will be thus undamaged.
  10. The Union of Timor Republic has always craved for joining any international organization that will inflict no loss to the independence and the sovereignty of the Union of Timor Republic, directly as well as indirectly.

Amen.

In the Emergency Post,

Batugadé,

May 4, 1965.

The Central Presidium of the Union of Timor Republic

*A. Mao Klao*

(Acting President of the Presidium)

## Referências

- Almeida**, António de (1994), *O Oriente de Expressão Portuguesa*, Lisboa, Fundação Oriente e Centro de Estudos Orientais.
- Azeredo**, Carlos (2003), "O caso de Goa: as perspectivas militares" in *O Caso de Goa: 40 Anos Depois, 1961-2001, Recordando a História*, Lisboa, Núcleo de Estudos de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Nova de Lisboa.
- Barata**, Filipe Themudo (1998), *Timor Contemporâneo: Da Primeira Ameaça da Indonésia ao Nascer de uma Nação*, Lisboa, Equilíbrio Editorial.
- Bell**, J. Bowyer (1971), "Contemporary Revolutionary Organizations", *Transnational Relations and World Politics*, Robert O. Keohane e Joseph S. Nye, Jr., eds., Cambridge, MA, Harvard University Press.
- Carrascalão**, Maria Ângela (2002), *Timor: Os Anos da Resistência*, Queluz, Mensagem.
- Chabal**, Patrick (1994), "Emergencies and Nationalist Wars in Portuguese Africa", *Emergencies and Disorders in the European Empires After 1945*, Robert Holland, ed., Londres, Frank Cass.
- Correia**, Pedro Pezarat (1999), "Descolonização", *Do Marcelismo ao Fim do Império*, J.M. Brandão de Brito, coord., Lisboa, Editorial Notícias.
- Cowan**, C.D. (1963), "The Political Evolution of Indonesia: The Failure of Parliamentary Democracy" *Politics in Southern Asia*, Saul Rose, ed., Londres, Macmillan, pp. 246-247.
- Chrystello**, J. Chrys (1999), *Timor-Leste: 1973-1975 – O Dossier Secreto*, Matosinhos, Contemporânea Editora.
- Cunha**, Silva (1977), *O Ultramar, a Nação e o "25 de Abril"*, Coimbra, Atlântida Editora.
- Dunn**, James Stanley (2003 [1983]), *East Timor: A Rough Passage to Independence*, 3.<sup>a</sup> edição, Double Bay, NSW, Longueville Books.
- Durand**, Frédéric (2004), *Catholicisme et Protestantisme dans l'île de Timor: 1556-2003 – Construction d'une identité chrétienne et engagement politique contemporain*, Toulouse, Editions Arkuiris-IRASEC.
- Fernandes**, Ferreira (2001), "O império no quintal", *Grande Reportagem* [Lisboa], 2.<sup>a</sup> série, ano 12, n.º 125 (Agosto), pp. 48-56.
- Fernandes**, Moisés Silva (2005), "A política da Indonésia em relação ao Timor Português, 1960-1963: um caso de irredentismo contido?", *Daxiyangguo: Revista Portuguesa de Estudos Asiáticos* [Lisboa], n.º 7 (1.º semestre), pp. 109-149.
- \_\_\_\_\_ (2003), "Timor nas relações luso-australianas: as diligências de Menzies junto de Salazar para conceder autogoverno a Timor, 1961-1964 / Timor in Luso-Australian Relations: Menzies' Efforts to Persuade Salazar to Grant Timor Self-Rule, 1961-1964", *Oriente* [Lisboa], n.º 5 (Abril), pp. 16-24 (versões portuguesa e inglesa).
- \_\_\_\_\_ (2001) "A ruptura de 1965 entre Jacarta e Lisboa", *História* [Lisboa], 3.<sup>a</sup> série, ano 23, n.º 33 (Fevereiro), pp. 30-37.
- \_\_\_\_\_ (1999), "Macau nas relações sino-portuguesas, 1949-1979", *Administração / Xíngzhèng* [Macau], vol. 12, n.º 46 (Dezembro), pp. 989-1002.
- França**, António d'Oliveira Pinto da (1972), *Indonésia: Anatomia de uma Independência e Particularidades de uma Vizinhança*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros.

- Gaitonde**, P.D. (1981), *The Liberation of Goa: A Participant's View of History*, Londres, C. Hurst & Company.
- Gunn**, Geoffrey C. (1999), *Timor Loro Sae: 500 Years*, Macau, Livros do Oriente.
- Harvey**, Barbara S. (2003 [1977]), *Permesta: Half a Rebellion*, 2.<sup>a</sup> impressão, Ithaca, Nova Iorque, Southeast Asia Program Publications, Cornell University.
- Hill**, Helen M. (2002), *Stirrings of Nationalism in East Timor – FRETILIN, 1974-1978: The Origins, Ideologies and Strategies of a Nationalist Movement*, Sydney, Oxford Press.
- Horta**, José Ramos (1998 [1994]), *Timor-Leste: Amanhã em Díli*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- India**, Armed Forces of the Indian Union (1974), *Operation Vijay: The Liberation of Goa and Other Portuguese Colonies in India, 1961*, Nova Deli, Historical Section of the Ministry of Defence.
- Magalhães**, António Barbedo de (1999), *Timor-Leste na Encruzilhada da Transição Indonésia*, Lisboa, Fundação Mário Soares e Gradiva.
- Oliveira**, Mário António Fernandes de, et al., (1983), *A Descolonização Portuguesa – Aproximação a um Estudo*, vol. 2, Lisboa, Instituto Amaro da Costa.
- Pedro**, Albano Mendes, dir. (1965), *Anuário Católico do Ultramar Português referente a 1964*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- Pélissier**, René (1999), "Movimentos de Libertação" *Dicionário de História de Portugal*, vol. 8, António Barreto e Maria Filomena Mónica, coords., Lisboa, Livraria Figueirinhas, p. 562.
- Pinto**, António Costa (2001), *O Fim do Império Português: A Cena Internacional, a Guerra Colonial e a Descolonização, 1961-1975*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Pires**, Mário Lemos (1994 [1991]), *Descolonização de Timor: Missão Impossível?*, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Edições Dom Quixote.
- \_\_\_\_\_ (1981), *Relatório do Governo de Timor: Período de 13 de Novembro de 1974 a 7 de Dezembro de 1975*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- Portugal**, Ministério dos Negócios Estrangeiros (1971), *Anuário Diplomático e Consular Português Referido a 1 de Julho de 1971*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Riscado**, Francisco A. et al (1981), *Relatório da Comissão de Análise e Esclarecimento do Processo de Descolonização de Timor*, Lisboa, Presidência do Conselho de Ministros.
- Saltford**, John (2003), *The United Nations and the Indonesian Takeover of West Papua, 1962-1969: The Anatomy of Betrayal*, Londres, RoutledgeCurzon.
- Silva-Carneiro de Sousa**, Lurdes (2001), *Some Facts and Comments on East Timor 2001 Constituent Assembly Elections*, Lisboa, Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático.
- Taylor**, John G. (1993), *Timor: A História Oculta*, Venda Nova, Bertrand Editora.
- Telo**, António José e Hipólito de la Torre Gómez (2000), *Portugal e Espanha nos Sistemas Internacionais Contemporâneos*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Therik**, Gerzon Tom (1996), *Wehali – The Four Corner Land: The Cosmology and Traditions of a Timorese Ritual Centre* (Department of Anthropology, Research School of Pacific and Asian Studies, Australian National University).
- Weatherbee**, Donald E. (1966), "Portuguese Timor: An Indonesian Dilemma", *Asian Survey*, vol. 6, n.º 12 (Dezembro), pp. 683-695.

## **Ficha técnica**

### **Título**

Ensaio sobre nacionalismos em Timor-Leste

### **Coordenação Editorial**

IDI - MNE

### **Edição**

Colecção Biblioteca Diplomática do MNE – Série A  
Ministério dos Negócios Estrangeiros, Portugal

### **Design Gráfico**

Risco, S.A.

### **Paginação, Impressão e Acabamento**

Europress, Lda.

### **Tiragem**

1000 exemplares

### **Data**

Dezembro de 2005

### **Depósito Legal**

236657/05

### **ISBN**

972-9245-45-2

SÉRIE

colecção BIBLIOTECA DIPLOMÁTICA

Armando Marques Guedes e Nuno Canas Mendes, eds.

# Ensaaios sobre nacionalismos em Timor-Leste



Ministério dos Negócios Estrangeiros

**i** **D**  
Instituto diplomático